



# Boletim do Legislativo

Órgão de Imprensa Oficial da Câmara Municipal de Ouro Branco - Resolução 01/2016

*Edição Extra 037/2025*

**Dispensa**





# CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PRAÇA SAGRADOS CORAÇÕES, 200 - CENTRO - TELEFAX: (31) 3741-1225  
OURO BRANCO - MINAS GERAIS - CEP 36.420-000

REF. PROJETO DE: Processo Administrativo 25/2025

EMENDA: Dispensa de Licitação nº 14/2025  
"Emissão e Administração de cartão bancário -  
Regime de antecipação de despesas"

INICIATIVA:

☐ PODER LEGISLATIVO

☐ PODER EXECUTIVO

## PARECER:

☐ Legislação ☐ Fiscalização ☐ Educação ☐ Obras ☐ Especial

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Requerimento Nº

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1ª Discussão e Votação

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EMENDAS: ☐ Supressiva ☐ Modificativa ☐ Aditiva  
☐ Substitutiva ☐ de Redação

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

2ª Discussão e Votação

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Vista ☐ Vereador:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Adiamento ☐ Vereador:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sobrestamento ☐ Vereador:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Prazo: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Aprovado ou Rejeitado

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_





# Câmara Municipal de Ouro Branco

Ouro Branco, 03 de abril de 2025.

Memc ° 034/2025

De: Diretoria Administrativa

Para: Setor de Contratos, Compras e Patrimônio e Jurídico

Prezados (as),

1 - Considerando a aprovação do PRE nº 002/2025 que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a prestação de contas de suprimento de fundos, no âmbito da CMOB, disciplinando o uso do Cartão de Pagamento do Poder Legislativo – CPPL, **faz-se necessário contratar instituição financeira para prestação de serviço de emissão e administração de cartão de pagamento para utilização como meio de pagamento nas aquisições de bens e serviços em regime de adiantamento;**

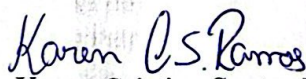
2 – Considerando que a contratação é imprescindível para o cumprimento do PRE nº 002/2025, que disciplinou no art. 16 que as despesas com suprimento de fundos serão efetivadas, preferencialmente, através do cartão de pagamento:

**Art. 16.** As despesas com suprimento de fundos serão efetivadas, preferencialmente, através do Cartão de Pagamento do Poder Legislativo - CPPL, sendo sempre precedidas de empenho na dotação orçamentária específica.

§ 1º O cartão respectivo será emitido em nome da Câmara Municipal, para utilização por um portador identificado, servidor efetivo do órgão ou ocupante de cargo em comissão em efetivo exercício, que fica responsável pela adequada guarda e utilização, sendo cada concessão autorizada por ato próprio, aposto no processo administrativo correlato.

É que vem esta Diretoria solicitar ao Setor de Contratos, Compras e Patrimônio a elaboração de processo licitatório a fim de atender ao pretendido no item 1 acima, com subsequente remessa ao Jurídico para parecer e prosseguimento.

At.te.,

  
Karen Cristina Santos Ramos  
Diretoria Administrativa





# Câmara Municipal de Ouro Branco

DFDn° 020/2025 - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

## DATA RECOMENDADA PARA A CONTRATAÇÃO

25/04/25

## INFORMAÇÕES DA UNIDADE / SETOR / SERVIDOR

### Setor requisitante:

Diretoria Administrativa

### Responsável pela demanda:

Karen Cristina Santos Ramos

### Matrícula:

579

### E-mail:

diretoriageral@ourobranco.cam.mg.gov.br

### Telefone fixo:

37411225

Telefone cel: 31988275054

### Indicação do Membro Responsável pela Fiscalização

### Fiscalização—Nome:

Wanderson de Oliveira Pasqualon

### Matrícula:

184

## INFORMAÇÕES ACERCA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

### Tipo do Item

☐ Material de consumo

☐ Equipamento/material permanente

☒ Serviço continuado

☐ Serviço não continuado

☐ Obra

☐ Serviço de engenharia

### Descrição sucinta da solicitação:

Contratação de instituição bancária para emissão e administração de cartão de pagamento para utilização como meio de pagamento nas aquisições de bens e serviços em regime de adiantamento financeiro, conforme projeto de resolução nº 002/2025, da CMOB.

### Descrição da necessidade da contratação:

Faz-se necessário realizar processo administrativo com vistas à contratação de instituição bancária, a fim de **fornecer e administrar cartão corporativo (cartão de pagamento)** para a utilização pela Casa Legislativa, como forma de melhor administrar o pagamento das aquisições de bens e serviços em regime de adiantamento, nos termos do Projeto de Resolução nº 002/2025.

A utilização do cartão de pagamento do Poder Legislativo (CPPL) está disciplinada nos artigos 16 e 17





# Câmara Municipal de Ouro Branco

do Projeto de Resolução em questão, vejamos:

## CAPÍTULO III

### DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO PODER LEGISLATIVO - CPPL

**Art. 16.** As despesas com suprimento de fundos serão efetivadas, preferencialmente, através do Cartão de Pagamento do Poder Legislativo - CPPL, sendo sempre precedidas de empenho na dotação orçamentária específica.

§ 1º O cartão respectivo será emitido em nome da Câmara Municipal, para utilização por um portador identificado, servidor efetivo do órgão ou ocupante de cargo em comissão em efetivo exercício, que fica responsável pela adequada guarda e utilização, sendo cada concessão autorizada por ato próprio, aposto no processo administrativo correlato.

§ 2º Em caso de roubo, furto, perda ou extravio do cartão, o agente suprido deve imediatamente comunicar o ocorrido à instituição financeira e ao ordenador de despesas, tomando as providências necessárias a obstar o seu indevido uso.



§ 3º É vedada a utilização do CPPL na modalidade de saque, exceto por autorização expressa do ordenador de despesas e por valor nunca superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total das despesas anuais efetuadas com suprimento de fundos, devendo ser adequadamente justificada a impossibilidade de realização do pagamento respectivo por meio de crédito à vista.

§ 4º A Câmara Municipal não pode realizar despesas sem a previsão de recursos financeiros que assegurem o pagamento da fatura no seu vencimento.

§ 5º Os valores pagos por atraso no pagamento da fatura devem ser ressarcidos ao erário pelo ordenador de despesa ou por quem deu causa ao atraso, após apuração das responsabilidades.

**Art. 17.** O CPPL, além de modalidade de utilização de verba de suprimento de fundos, pode ser utilizado como meio de pagamento de compras de material e serviços que tenham sido objeto de procedimento licitatório regular, inclusive de dispensa de licitação, especialmente, quando haja impedimento ao pagamento por outra forma.

A CMOB irá designar 02 (dois) servidores para serem titulares do cartão de pagamento, de modo que um possa substituir o outro em caso de impossibilidade ou ausência do responsável.

Sendo assim, faz-se necessário contratar instituição bancária para fornecer e administrar o referido cartão, nos termos acima.

#### Descrição dos resultados pretendidos:

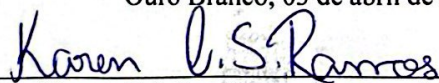
- **Maior Controle e Transparência** – O uso do cartão permite um registro detalhado das despesas em tempo real, facilitando a fiscalização e prestação de contas;
- **Segurança Financeira** – Evita o manuseio de dinheiro em espécie, reduzindo riscos de perda, extravio ou desvio de recursos públicos;
- **Flexibilidade nas Despesas** – Facilita pagamentos emergenciais ou de pequeno valor, como aquisição de materiais de consumo, deslocamentos e alimentação de servidores em serviço;
- **Melhor Gestão de Recursos** – Possibilita um planejamento financeiro mais eficiente, pois os gastos podem ser monitorados e ajustados conforme a necessidade do órgão.



# Câmara Municipal de Ouro Branco

Estimativa das quantidades com a memória de cálculo (se for o caso):				
LOTE 01				
Item	CATMA T/CATS ER	Descrição	Unidade	Qtde.
1	20362	CONTRATAÇÃO DO BANCO DO BRASIL S.A PARA EMISSÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO DE PAGAMENTO PARA UTILIZAÇÃO COMO MEIO DE PAGAMENTO NAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS EM REGIME DE ADIANTAMENTO FINANCEIRO, CONFORME PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2025, DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO	SV	12
<b>Providências a serem adotadas previamente à contratação:</b> Não há				
<b>Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento</b> Não há.				
<b>RESPONSABILIDADE PELO AFORMALIZAÇÃO DA DEMANDA</b>				
<p>Assumo que ficarei, assim como o responsável pela fiscalização, à disposição para dirimir eventuais dúvidas sobre esta requisição, bem como para acompanhar todo o procedimento de contratação, fornecendo todas as informações técnicas necessárias junto ao agente de contratação, pregoeiro e sua equipe de apoio.</p> <p>Certifico que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos na justificativa da contratação do presente documento.</p>				

Ouro Branco, 03 de abril de 2025.



Karen Cristina Santos Ramos – Matrícula 579

Diretora Administrativa





# Câmara Municipal de Ouro Branco

## TR – TERMO DE REFERÊNCIA (SERVIÇOS COMUNS)

Item	Descrição	Unid. de medida	CATMA T/CATSER	Qtde.	Valor estimado
1	CONTRATAÇÃO DO BANCO DO BRASIL S.A PARA EMISSÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO DE PAGAMENTO PARA UTILIZAÇÃO COMO MEIO DE PAGAMENTO NAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS EM REGIME DE ADIANTAMENTO FINANCEIRO, CONFORME PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2025, DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO	Taxa de administração	19208	12	0

### JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO EM LOTES

Trata-se de contratação em lote único, composto por um único item.

### DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

#### QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?

A Administração Pública necessita, em determinadas situações, utilizar sistemática especial para realizar despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processamento normal da execução orçamentária.

Diante disso, considera-se suprimento de fundos a entrega de numerário a servidor, sempre precedido de empenho prévio na dotação própria da despesa a realizar, e que, a critério do ordenador de despesas e sob sua inteira responsabilidade, constitui gasto público que não pode se subordinar ao processo normal de execução da despesa.

O objetivo é cobrir despesa na qual não é possível aguardar o seu processamento normal (empenho – liquidação – pagamento) e não puder ser submetida ao procedimento licitatório, em decorrência de sua excepcionalidade, natureza ou urgência.

Com efeito, foi recém aprovado o Projeto de Resolução nº

4



# Câmara Municipal de Ouro Branco

002/2025 da Câmara Municipal de Ouro Branco, que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a prestação de contas de suprimento de fundos, no âmbito da CMOB, disciplinando o uso do Cartão de Pagamento do Poder Legislativo – CPPL.

Com o aprimoramento das rotinas desta Casa Legislativa e a aprovação do PRE em questão, surgiu a necessidade de viabilizar a melhor forma para gestão desses recursos, garantindo agilidade, controle, modernidade e transparência nas concessões dos adiantamentos.

Atualmente, está em desuso a emissão de cheques, também não sendo viável o saque de grandes valores no banco para que o responsável possa guardar/portar numerários que serão utilizados em caso de necessidade de suprimento de fundos.

Sendo assim, surgiu a necessidade de contratar instituição financeira para prestação de serviço de emissão e administração de cartão de pagamento para utilização como meio de pagamento nas aquisições de bens e serviços em regime de adiantamento.

A contratação em tela torna-se imprescindível, pois este um tipo de cartão é emitido por instituição financeira, que o administra com limite de utilização preestabelecido para aquisição de bens e serviços e para realização de saques.

A implantação do cartão corporativo substitui, com vantagens, o pagamento por meio de moeda corrente, e oferece um conjunto de soluções que maximizam a gestão dos processos de pagamento e controle de despesas.

Frisa-se que a utilização do cartão de pagamento do Poder Legislativo (CPPL) está disciplinada nos artigos 16 e 17 do Projeto de Resolução em questão (em anexo).

Essa ferramenta do cartão de pagamento já está em uso por inúmeros órgãos públicos, o qual não tem custo nem de implantação nem transação, sendo viável em termos operacionais.

Trata-se de um cartão de pagamento com liquidação imediata, validade internacional, criado para proporcionar agilidade, controle, segurança e modernidade na utilização dos recursos públicos. Com os objetivos de reduzir custos, facilitar o processo de compras, controlar os gastos e proporcionar transparência.

Desta feita, verifica-se que a contratação em tela atende plenamente ao interesse público, seja pelos motivos de fato e de



# Câmara Municipal de Ouro Branco

	<p>direito, seja pela necessidade atual da Câmara Municipal de Ouro Branco.</p>
<b>JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO CONTRATADO E PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS</b>	<p>O legislador previu situações em que as licitações poderiam ser dispensadas ou inexigidas, permitindo-se, a contratação direta de produtos e serviços, respeitados os requisitos legais. São as chamadas contratações por dispensa ou por inexigibilidade de licitação.</p> <p>As licitações dispensáveis estão previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/21 e em alguns outros dispositivos espalhados na legislação ordinária.</p> <p>No caso de licitação dispensável, a lei enumera os casos em que o procedimento é possível, mas não obrigatório, em razão de outros princípios que regem a atividade administrativa, notadamente o princípio da eficiência.</p> <p>No caso, justifica-se a escolha do BANCO DO BRASIL como contratado em razão da previsão do art. 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/21, que prescreve ser dispensável a licitação: <i>“para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado”</i>.</p> <p>Tratando-se de licitação dispensável, a lei enumera os casos em que o procedimento é possível, mas não obrigatório, em razão de outros princípios que regem a atividade administrativa, notadamente o princípio da eficiência. Assim, é dispensável realização de procedimento licitatório, com suporte no art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que este apresenta de forma indubitável o caminho a ser percorrido para demonstração da dispensa.</p> <p>Do texto legal extraem-se os requisitos necessários à contratação direta com base no referido inciso, quais sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) ser o contratante pessoa jurídica de direito público interno;</li><li>b) ser o contratado órgão ou entidade que faça parte integrante da Administração Pública;</li><li>c) que a criação do contratado tenha se dado para atender ao objeto do contrato que a Administração contratante pretende realizar; e</li><li>d) que o preço seja compatível com o praticado no mercado.</li></ul> <p><i>In casu</i>, foram cumpridos todos os 04 (quatro) pressupostos.</p>



# Câmara Municipal de Ouro Branco

vejamos:

- a) O contratante dos serviços (CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO) é pessoa de direito público interno;
- b) O contratado (BANCO DO BRASIL SA) integra a Administração Pública;
- c) O contratado (BANCO DO BRASIL SA) foi criado pelo fim específico do objeto pretendido pela Administração contratante;
- d) O preço contratado (BANCO DO BRASIL SA) é compatível com o de mercado. No caso, o valor do contrato corresponderá à remuneração pelos serviços prestados, ou seja, igual a zero. Ou seja, não haverá ônus para o Contratante.

Frisa-se que a adesão ao Cartão de Pagamento não configura relação de crédito e sim de prestação de serviços entre o cliente e o Banco do Brasil, sendo regida em contrato específico, razão pela qual a modalidade de serviço não se subordina às normas da Resolução n.º 43 do Senado Federal, que trata dos limites e condições para realização de operações de crédito dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Os demais produtos existentes são ofertados a partir da modalidade estabelecida como crédito, diferentemente do produto ofertado pelo BB.

Outro item de fundamental importância e que também é uma exclusividade do Cartão de Pagamento do Banco do Brasil é que somente ele permite a prestação de contas via fatura/relatório dos valores lançados por cada titular dos cartões. Os demais produtos existentes só oferecem esta possibilidade de prestação de contas via fatura/relatório quando contratados na modalidade crédito, o que não nos é permitido neste caso.

Há, ainda, possibilidade de “travamento” das operações em relação ao tipo de despesa que se queira autorizar como gastos. Esta funcionalidade permite que os cartões apenas possam ser utilizados em objetos de gastos previamente estabelecidos, o que o torna compatível com o direcionamento exigido para determinados tipos de gastos nas hipóteses de adiantamentos.

Por fim, o produto ofertado pelo BANCO DO BRASIL possibilita definir as autoridades competentes para credenciamento, emissão de cartões e usos de maneira customizada de acordo com as necessidades da CMOB.

Dessa forma, ante a ausência de ônus financeiro para a Câmara Municipal, que inclusive já mantém conta bancária junto ao BB, bem como considerando que o produto ofertado atende às necessidades desta Casa, conclui-se pela contratação do BANCO

4



# Câmara Municipal de Ouro Branco

	DO BRASIL, nos termos do art. 75, inciso IX, da Lei de Licitações.
<b>PESQUISA DE CONTRATAÇÕES SIMILARES</b>	<p>Em busca realizada junto ao PNCP com vistas à prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, verificou-se a existência das seguintes contratações similares:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li> <b>MUNICÍPIO DE CAJAMAR</b>  Modalidade: Dispensa  Objeto: Emissão e administração de cartão de pagamento para utilização pela ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA do Município de Cajamar  Nome do Fornecedor: BANCO DO BRASIL SA, CNPJ: 00.000.000/0001-91 </li> <li> <b>MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO</b>  Modalidade: Dispensa  Objeto: Contrato de Prestação de Serviços de Emissão e Administração de Cartão de Pagamento do Governo Federal, que entre si celebram a união, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Banco do Brasil S.A.  Nome do Fornecedor: BANCO DO BRASIL SA, CNPJ: 00.000.000/0001-91 </li> <li> <b>MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES</b>  Modalidade: Dispensa  Objeto: Serviço de cartão corporativo do banco do brasil. pagamento de despesas de pequeno vulto e/ou emergenciais.  Nome do Fornecedor: BANCO DO BRASIL SA, CNPJ: 00.000.000/0001-91 </li> <li> <b>ESTADO DO AMAZONAS</b>  Modalidade: Dispensa  Objeto: Contratação de instituição financeira oficial para prestação de serviços de emissão e administração de cartão de pagamento corporativo para realização de despesas oriundas de suprimento de fundos (adiantamento), para a utilização da defensoria pública do estado do Amazonas – DPE/AM.  Nome do Fornecedor: BANCO DO BRASIL SA, CNPJ: 00.000.000/0001-91 </li> </ul> <p>A partir do levantamento de soluções aplicadas em órgãos diversos da Administração Pública, verifica-se que é prática reiterada a Contratação do BANCO DO BRASIL S.A., por meio de dispensa de licitação fundamentada no inciso IX, da</p>

Q



# Câmara Municipal de Ouro Branco

SERVIÇO	Lei nº14.133/21, para a Prestação de Serviços de Emissão e Operacionalização do Cartão Corporativo para atender suas respectivas demandas.
FORMA DE CONTRATAÇÃO	<p>Contratação do BANCO DO BRASIL S.A. para emitir e administrar em favor da Câmara Municipal de Ouro Branco um cartão de pagamento a ser utilizado pela Casa Legislativa como meio de pagamento nas suas aquisições de bens e serviços em regime de adiantamento, nos termos do Projeto de Resolução nº 002/25.</p> <p>O BANCO DO BRASIL S.A. deverá proporcionar a designação de 02 (dois) titulares / 02 (dois) cartões, que serão nomeados pela Presidência da CMOB.</p> <p>O limite do cartão de pagamento deverá ser de R\$10.000,00 (dez mil reais), atendendo ao disposto no §2º, do art. 95, da Lei de Licitações.</p>
<p><b>DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO</b></p> <p>O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?</p> <p>SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?</p> <p>DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO</p>	<p>Frisa-se que o limite do cartão de pagamento não se relaciona com o limite máximo para cada ato de concessão de suprimento de fundos, previsto no art. 3º do PRE nº 002/25, que será de 50% do limite estabelecido no §2º, do art., 95 da Lei nº 14.133/21. Esse limite financeiro diz respeito ao teto máximo que deve ser observado pela CMOB para cada transação/ato de adiantamento, sendo que o somatório no mês não pode exceder o limite estipulado para o cartão, que é de R\$10.000,00 (dez mil reais).</p> <p>O serviço, por sua vez, consiste no uso de cartão eletrônico de pagamento para utilização pelos 02 (dois) servidores que serão designados pela Presidência da Casa, para aquisições de bens e serviços nos termos do PRE nº 002/2025, em estabelecimentos comerciais afiliados à rede da bandeira em que for processada, no Brasil.</p> <p>A utilização do cartão de pagamento ficará estritamente vinculada às disposições do Projeto de Resolução nº 002/2025 da CMOB.</p>
<b>NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO</b>	
<p>REQUISITOS DA NATUREZA</p>	<p>Tratam-se de serviços comuns e de natureza continuada.</p> <p>Em razão do baixo valor e do risco da contratação, aliado ao fato de se tratar de serviço de pouca complexidade e baixo risco de inexecução do contratado, não foi realizada a análise de risco.</p>
HAVERÁ GARANTIA DO	<input type="checkbox"/> Sim.

2



# Câmara Municipal de Ouro Branco

SERVIÇO?	<input checked="" type="checkbox"/> Não
<b>CRITÉRIOS DE SELEÇÃO</b>	
FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74 da Lei 14.133/21. <input checked="" type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, IX, da Lei Federal nº 14.133/21: <i>Art. 75. É dispensável a licitação:</i> (...) <i>IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;</i>
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Não se aplica
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input type="checkbox"/> Sim. Justifique: (Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para a contratação). <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>REQUISITOS DA CONTRATADA E DO SERVIÇO A SER PRESTADO</b>	
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Certidão de Autorização de Funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Certidões negativas federal, FGTS, trabalhista, estadual, municipal;</li> <li>- Certidão negativa de licitantes inidôneos emitida pelo TCU;</li> <li>- Estatuto Social;</li> <li>- Declaração unificada;</li> </ul>
REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	<u>Requisitos da contratação:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O Cartão de pagamento será um instrumento de pagamento, emitido em nome do servidor municipal ou do dirigente ou do órgão ao qual o servidor ou servidores que realizará(ão) a(s) despesa(s) esteja(m) vinculado(s), operacionalizado por instituição financeira autorizada, utilizado exclusivamente pelo portador nele identificado, respeitados os limites</li> </ul>

2



# Câmara Municipal de Ouro Branco

previstos no PRE nº 002/2025;

- A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
- Aos valores das transações lançadas, serão vedados quaisquer acréscimos, inclusive taxas de adesão, manutenção, anuidades ou quaisquer outros, que não estejam pactuados, relativo à obtenção e uso do cartão de pagamento objeto do contrato;
- O Contratado deverá disponibilizar mensalmente à Câmara Municipal de Ouro Branco os Demonstrativos de Fatura contendo os lançamentos que configurem movimentação financeira decorrente da utilização do serviço contratado;
- O cartão de pagamento não estará habilitado para saques e transferências;
- A Câmara Municipal deverá:
  - Orientar os portadores sobre a utilização dos cartões, inclusive quanto ao cadastramento e sigilo de senha pessoal no Banco do Brasil, indispensável para a emissão, desbloqueio e uso dos cartões;
  - Solicitar ao Contratado o bloqueio de cartões em caso de extravio, roubo ou furto, ocasião em que será fornecido um Número de Ocorrência Atendimento (NOAT), numérico, que constitui confirmação e prova do pedido de bloqueio;
  - Aportar recursos previamente na conta corrente de relacionamento, para o estabelecimento do limite de utilização, vinculando a ela os empenhos das despesas a serem pagas mediante o uso do cartão;
  - Orientar os portadores sobre a utilização dos cartões, inclusive quanto ao cadastramento e sigilo de senha pessoal no Banco do Brasil, indispensável para a emissão, desbloqueio e uso dos cartões;
  - Comunicar, por escrito ou por meio eletrônico específico do BB, as exclusões ou inclusões de portadores;
  - Definir a data de vencimento da fatura;
  - Definir as contas correntes de relacionamento para débitos das faturas;
- Não será admitida a subcontratação do objeto



# Câmara Municipal de Ouro Branco

	<p>contratual;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21;</li><li>• No cartão constará, além dos dados e informações obrigatórias pelos padrões internacionais, o nome da Câmara Municipal de Ouro Branco e do portador autorizado;</li><li>• O cartão será de propriedade da CMOB, e de uso pessoal e intransferível do(s) portador(res) nele identificado(s);</li><li>• O cartão de pagamento será confeccionado sob a inteira responsabilidade e encargo da instituição bancária, obedecidos os critérios e padrões técnicos e de segurança internacionais;</li><li>• A CMOB autorizará a instituição bancária a debitar diariamente em sua conta-corrente de relacionamento o valor das transações processadas no dia;</li><li>• Sem prejuízo da exigibilidade do pagamento diário das transações, poderá ser contestada pela CMOB qualquer parcela do demonstrativo de conta, no prazo de até 10 (dez) dias seguintes ao vencimento do respectivo débito. O não exercício dessa faculdade implica o reconhecimento da exatidão da conta;</li><li>• A instituição bancária deverá, a seu exclusivo juízo, admitir que a contestação ocorra a qualquer tempo, desde que não ultrapasse os prazos máximos estipulados no regulamento da bandeira internacional em que for processada, não constituindo tal procedimento, no entanto, novação;</li><li>• A contratada se responsabiliza por prestar todos os esclarecimentos necessários à compreensão e à adequada utilização dos serviços colocados à disposição da CMOB por intermédio de sua Central de Atendimento e agência;</li><li>• A qualquer tempo poderão as partes rescindir o contrato, comunicando por escrito a sua resolução, devendo a CMOB devolver todos os cartões sob sua responsabilidade, permanecendo responsável pelos débitos remanescente, que lhe serão apresentados pelo BB logo que apurados, para pagamento imediato de uma só vez;</li><li>• O número de cartões a serem emitidos é de até 20 (vinte), podendo ser alterado para mais ou para menos</li></ul>
--	--



# Câmara Municipal de Ouro Branco

	de acordo com a necessidade.
<b>HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
<b>HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
<b>HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
<b>COMO O SERVIÇO É PRESTADO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço, autorização da diretoria, ou por outro documento equivalente. <input type="checkbox"/> O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato.
<b>DOS PRAZOS E FLUXOS PARA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO</b>	<p>Após a assinatura do contrato, nomeação dos portadores do cartão pela Presidência da Câmara Municipal e solicitação de abertura de conta bancária exclusiva para movimentação do cartão, o BANCO DO BRASIL terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para entrega do cartão de pagamento, com todas as orientações para desbloqueio.</p> <p>De posse do cartão e efetuado o desbloqueio, o cartão deverá estar em plenas condições de utilização, durante todo o prazo de vigência do contrato.</p>
<b>CONTATOS DO BANCO DO BRASIL</b>	(32)9 8863-0370 – Gerente Plataforma Setor Público Banco do Brasil – Eduardo Lima <a href="mailto:municipios.mg73@bb.com.br">municipios.mg73@bb.com.br</a>
<b>PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO</b>	
<b>PRAZO DO CONTRATO</b>	12 (doze) meses
<b>HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Não.
<b>FORMA DE PAGAMENTO</b>	<p>Não haverá contraprestação financeira por parte da CMOB.</p> <p>A Câmara Municipal de Ouro Branco somente repassará o efetivo valor depositado previamente.</p> <p>O pagamento devido ao Contratado será realizado através de</p>



# Câmara Municipal de Ouro Branco

	débito da sua conta corrente de relacionamento.
<b>QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não há.
<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO</b>	Considerando que a contratação não prevê ônus para a Câmara Municipal, deixa de informar os dados orçamentários.

Ouro Branco, 11 de abril de 2025.



**Elisa Carvalho Borges**

**Gerente de Contratos e Compras – matrícula 585**



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO E O BANCO DO BRASIL S.A.**

ACÂMARA MUNICIPAL OURO BRANCO, CNPJ 23.964.950/0001-31, pessoa jurídica de direito representado neste ato pelo Presidente, Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxx, daqui por diante designado CONTRATANTE e o BANCO DO BRASIL S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.000.000/0001-91, com sede no Q SAUN QUADRA 5 LOTE B TORRES I, II E III, Brasília/DF, CEP 70.040-912 neste ato representado pelo Gerente Geral da Agência 2372-8 (Ouro Branco/MG), RONALDO DE CARVALHO SETTE, brasileiro, bancário, CPF008.914.576-31, doravante denominado CONTRATADO, têm como justo e contratados, com dispensa de licitação fulcrada no art. 75, inciso IX, da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações, os serviços descritos neste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços relativos à emissão e administração de cartão de pagamento para utilização pelo CONTRATANTE, como meio de pagamento nas suas aquisições de bens e serviços.

Parágrafo Único - Integram o presente Contrato as normas, critérios, limites e demais condições expedidas pelo Poder Público relativas ao uso de cartões no País e no exterior ou em locais legalmente definidos como tal, que as partes se obrigam a observar.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEFINIÇÕES**

Os termos contidos neste contrato terão o significado estabelecido a seguir:

- I. "CONTRATANTE" - órgão do Governo Estadual/Municipal com autonomia contábil e financeira, que irá aderir a este contrato para utilização do cartão DE PAGAMENTO, e titular da conta cartão.
- II. "AFILIADO" - estabelecimento comercial, no Brasil ou no exterior, integrante da rede a que estiver associado o CONTRATADO, onde o PORTADOR poderá fazer uso do cartão.
- III. "ASSINATURA EM ARQUIVO" - modalidade pela qual o TITULAR adquire, via telefone ou outros meios, bens e serviços de AFILIADOS, sem assinar o correspondente comprovante de venda.
- IV. "ASSINATURA ELETRÔNICA" - código pessoal e secreto que o PORTADOR imposta em terminais ou outros equipamentos eletrônicos para efetivar operações.
- V. "BANCO" - Banco do Brasil S.A., que emite, administra e através de sua rede de Unidades, disponibiliza suporte operacional e tecnológico para utilização do cartão.
- VI. "CARTÃO" - cartão de plástico emitido pelo CONTRATADO, com LIMITE DE UTILIZAÇÃO preestabelecido para saques e aquisição de bens e serviços.
- VII. "CARTÃO DE PAGAMENTO DO CONTRATANTE" - programa que utiliza cartão de pagamento, para aquisições e saques, da CONTRATANTE, e será processado por intermédio de sistema de cartão com a característica do produto e operacionalizado na forma estabelecida entre a CONTRATANTE e o CONTRATADO.
- VIII. "CENTRO DE CUSTO" - departamento, unidade gestora, diretoria regional, unidade de gestão, divisão ou qualquer outro termo que identifique vinculação com a CONTRATANTE.



- X. "COMPROVANTE DE OPERAÇÃO" - documento assinado pelo PORTADOR para efetivar transações após a apresentação do CARTÃO DE PAGAMENTO aos AFILIADOS ou Instituição Financeira.
- X. "FATURA" - documento de faturamento contendo a informação sobre os valores devidos, pela CONTRATANTE, ao CONTRATADO.
- XI. "CONTA CORRENTE DE RELACIONAMENTO" - conta corrente exclusivamente para relacionamento com o CARTÃO DE PAGAMENTO DO CONTRATANTE. O saldo desta conta poderá ser mantido em qualquer modalidade de aplicação financeira, que possua resgate automático, pertencente ao portfólio do BANCO.
- XII. "DEMONSTRATIVO MENSAL" - documento emitido pelo CONTRATADO, contendo a relação das TRANSAÇÕES efetuadas pelos PORTADORES da respectiva CONTRATANTE, lançadas na FATURA, para efeito de conferência e atesto.
- XIII. "LIMITE DE UTILIZAÇÃO" - valor máximo estabelecido pelo ORDENADOR DE DESPESAS da CONTRATANTE, junto ao CONTRATADO, para utilização no cartão DE PAGAMENTO.
- XIV. "ORDENADOR DE DESPESA" - responsável legal pela CONTRATANTE.
- XV. "PORTADOR" - ORDENADOR DE DESPESA ou outro servidor por ele autorizado a portar cartão de pagamento emitido em nome da respectiva CONTRATANTE.
- XVI. "PREPOSTO" - representante da CONTRATANTE junto ao Auto Atendimento Setor Público, com poderes constituídos através de contrato específico.
- XVII. "REPRESENTANTE LEGAL" - funcionário do serviço público ou contratado pelo CONTRATANTE com poderes definidos e publicados em Órgão Oficial, para fazer a adesão a este contrato firmado pelo CONTRATANTE.
- XVIII. "REPRESENTANTE AUTORIZADO" pessoa indicada pela CONTRATANTE através do CADASTRO DO CENTRO DE CUSTO para:
- a) Incluir ou excluir os portadores vinculados à CONTRATANTE e à UNIDADE DE FATURAMENTO;
  - b) Retirar os cartões junto ao BANCO, mediante assinatura em termo específico, contendo os números dos cartões e nome dos referidos portadores;
  - c) Entregar os cartões retirados junto ao BANCO aos respectivos portadores, colhendo assinatura em TERMO DE RECEBIMENTO E RESPONSABILIDADE PELA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO;
  - d) Assinar todo e qualquer documento dirigido ao CONTRATADO em nome da CONTRATANTE ou CENTRO DE CUSTO;
  - e) Receber os relatórios de controle do CONTRATADO;
  - f) Receber as FATURAS para pagamento;
  - g) Estabelecer contato com o CONTRATADO; e
  - h) Para os portadores:
    - i. Definir os tipos de gastos permitidos a cada PORTADOR em tabela específica;
    - ii. Atribuir limites apropriados às transações e/ou despesas de cada PORTADOR, cujo somatório, quando da utilização, não poderá exceder ao limite a ela estipulado pelo CONTRATADO; e



- iii. Flexibilizar os limites para cada PORTADOR, por valor das transações em cada tipo de gastos onde o CARTÃO poderá ser utilizado.
  - i) Responsabilizar-se pela guarda dos cartões após sua retirada junto ao Banco, até a entrega dos mesmos aos portadores.
- XIX. "TRANSAÇÃO" - aquisições e saques efetuados pelos PORTADORES junto aos AFILIADOS, com utilização do cartão de pagamento.
- XX. "UNIDADE DE FATURAMENTO" nível hierárquico, vinculado ao CENTRO DE CUSTO, escolhido pela CONTRATANTE para apresentação da FATURA.

Parágrafo único. A não definição do tipo de gasto permitido ao PORTADOR, nos termos do item 10, alínea "h", inciso XVI, desta Cláusula, implica na impossibilidade de utilização do cartão.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA ESPECIFICAÇÃO DO CARTÃO.

O cartão de pagamento será confeccionado sob a inteira responsabilidade e encargo do CONTRATADO, obedecidos os critérios e padrões técnicos e de segurança internacionais.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATANTE solicitará ao CONTRATADO a emissão dos CARTÕES para entrega aos PORTADORES por ela indicados.

Parágrafo Segundo - Do cartão constará, além dos dados e informações obrigatórios pelos padrões internacionais, o nome da CONTRATANTE e do PORTADOR, na forma que vier a ser solicitado pela CONTRATANTE.

### CLÁUSULA QUARTA - DA ADESÃO AO PRESENTE CONTRATO

A adesão pela CONTRATANTE, CENTRO DE CUSTO e pelo PORTADOR será efetivada por intermédio de:

- I. Assinatura de PROPOSTA DE ADESÃO a este contrato pelos representantes legais da CONTRATANTE;
- II. Assinatura no CADASTRO DE CENTRO DE CUSTO, pelos representantes legais da CONTRATANTE e pelo REPRESENTANTE AUTORIZADO; e
- III. Assinatura do PORTADOR no TERMO DE RECEBIMENTO E RESPONSABILIDADE PELA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO, seguido do desbloqueio do CARTÃO.

Parágrafo Primeiro - O CARTÃO será entregue ao PORTADOR, mediante assinatura no TERMO DE RECEBIMENTO E RESPONSABILIDADE PELA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO:

- I. Na agência do Banco do Brasil, detentora da CONTA CORRENTE DE RELACIONAMENTO da CONTRATANTE; ou
- II. Na CONTRATANTE ou CENTRO DE CUSTO, pelo REPRESENTANTE AUTORIZADO.

Parágrafo Segundo - O cadastramento da senha do CARTÃO pelo PORTADOR poderá ser feito através das agências do Banco.

Parágrafo Terceiro -. O desbloqueio do CARTÃO deverá ser efetuado nos terminais de Autoatendimento BB com utilização de senha pessoal e intransferível cadastrada pelo PORTADOR especialmente para uso do CARTÃO.

Parágrafo Quarto - A CONTRATANTE encaminhará os TERMOS DE RECEBIMENTO E RESPONSABILIDADE PELA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO relativo aos CARTÕES por ela entregues, à agência de relacionamento do Banco do Brasil.



Parágrafo Quinto - Em caso de divergência de dados, rasuras, etc., no conteúdo do envelope lacrado por ocasião da entrega do CARTÃO ao PORTADOR, a CONTRATANTE deverá devolvê-lo incontinenti à agência do Banco do Brasil de relacionamento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA EMISSÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E DO USO DO CARTÃO.

Os cartões poderão ser emitidos em plásticos específicos ou outros de uso do CONTRATADO, sua única proprietária, destinando-se à realização de saques e compras de bens e serviços junto aos AFILIADOS.

Parágrafo Primeiro - O cartão é de propriedade do CONTRATADO, e de uso pessoal e intransferível do PORTADOR nele identificado, contendo ainda sua assinatura.

Parágrafo Segundo - A utilização efetiva do cartão pelo respectivo PORTADOR fica sujeita, também, às normas específicas editadas pelo Poder Público.

Parágrafo Terceiro - Os saques em dinheiro, em terminais de autoatendimento, estão sujeitos, além dos limites de utilização, às normas estabelecidas para utilização de cartão nessa espécie de equipamentos.

Parágrafo Quarto - Respeitado o LIMITE DE UTILIZAÇÃO disponível à CONTRATANTE, o CARTÃO destina-se a:

- I. Pagamento referente à aquisição de bens e serviços, à vista, inclusive via INTERNET, em estabelecimentos comerciais afiliados à rede da bandeira internacional em que for processada, no Brasil e no exterior, denominados AFILIADOS;
- II. Saques, na conta cartão, em caixas automáticos pertencentes à rede da bandeira internacional em que for processada no Brasil e exterior;
- III. Saques, na conta cartão, nas instituições financeiras afiliadas à rede da bandeira internacional em que for processada no exterior;
- IV. Saques, na conta cartão, nos terminais de autoatendimento do Banco do Brasil;
- V. Transações por ASSINATURA EM ARQUIVO junto aos estabelecimentos afiliados à rede da bandeira internacional em que for processada.

Parágrafo Quinto - É de responsabilidade da CONTRATANTE, através de seu ORDENADOR DE DESPESAS:

- I. Orientar os PORTADORES sobre a utilização dos cartões, inclusive quanto ao cadastramento e sigilo de senha pessoal no Banco do Brasil, indispensável para a emissão, desbloqueio e uso dos CARTÕES;
- II. Solicitar ao BANCO o bloqueio de cartões em caso de extravio, roubo ou furto, ocasião em que será fornecido um Número de Ocorrência Atendimento (NOAT), numérico, que constitui confirmação e prova do pedido de bloqueio;
- III. Comunicar, por escrito ou por meio eletrônico específico do BANCO, as exclusões ou inclusões de PORTADORES;
- IV. Devolver ao BANCO os cartões dos PORTADORES por ela excluídos;
- V. Assumir despesas e riscos decorrentes da utilização dos cartões pelos PORTADORES;
- VI. Definir a data de vencimento da FATURA;
- VII. Definir as CONTAS CORRENTES DE RELACIONAMENTO para débitos das FATURAS;
- VIII. Definir os tipos de gastos permitidos a cada PORTADOR em tabela específica;



- .. Atribuir limites apropriados às transações e/ou despesas de cada PORTADOR, cujos limites, quando da utilização, não poderá exceder ao limite a ela estipulado pelo CONTRATADO;
- X. Flexibilizar os limites para cada PORTADOR, por valor das transações em cada categoria de gastos onde o CARTÃO poderá ser utilizado;
- XI. Aportar recursos previamente na CONTA CORRENTE DE RELACIONAMENTO, para o estabelecimento do LIMITE DE UTILIZAÇÃO, vinculando a ela os empenhos das despesas a serem pagas mediante o uso do cartão.

Parágrafo Sexto - O total de saques em dinheiro realizados pelos PORTADORES não poderá ultrapassar o limite em 30% dos recursos a ele atribuído. Quando o limite for atingido, todos os saques subsequentes não serão autorizados, independentes de comunicação do CONTRATADO à CONTRATANTE ou CENTRO DE CUSTO.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS TRANSAÇÕES

As TRANSAÇÕES com o cartão de pagamento são passíveis de serem efetivadas em qualquer estabelecimento AFILIADO, devendo, para tanto o PORTADOR apresentar o cartão e, conferidos os dados lançados, assinar o COMPROVANTE DE OPERAÇÃO emitido em duas vias.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não se responsabilizará por qualquer eventual restrição imposta por AFILIADOS ao uso do cartão, nem pelo preço, qualidade e quantidade dos bens deles adquiridos ou dos serviços por eles prestados.

Parágrafo Segundo - A aquisição de bens, serviços e realização de saques, ocorrerão mediante:

- I. Assinatura no COMPROVANTE DE OPERAÇÃO;
- II. ASSINATURA ELETRÔNICA; ou
- III. ASSINATURA EM ARQUIVO.

Parágrafo Terceiro - Caberá ao PORTADOR verificar a correção dos dados lançados no comprovante de operação pelo(s) AFILIADO(S) e/ou Instituição(ões) financeira(s) sendo certo que, a impositação de senha, o fornecimento do número do CARTÃO ou a aposição da assinatura no documento, significará integral responsabilidade da CONTRATANTE e do PORTADOR, pela transação, perante o CONTRATADO.

Parágrafo Quarto - Na existência de transações manuais sem a prévia autorização do CONTRATADO, por estarem dentro de parâmetros da bandeira internacional em que for processada, deverão ser debitados na conta relacionamentos; caso não haja saldo na mesma, a CONTRATANTE se compromete a efetuar a imediata transferência de recursos a referida conta corrente de relacionamento.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO USO NO EXTERIOR

O uso no exterior destina-se apenas à realização de gastos com viagens, assim entendido, aquisição de bens e serviços e saques em moedas estrangeiras, respeitando, no que couber, a legislação que rege as importações em geral, o regulamento do imposto de renda e demais aspectos fiscais.

Parágrafo Primeiro - Integram o presente Contrato as normas, critérios, limites e demais condições baixadas pelo Poder Público relativas ao uso de cartões no exterior ou em locais legalmente definidos como tal, que as partes se obrigam a observar.



Parágrafo Segundo - Não serão permitidas compras de bens que possam configurar investimento no exterior ou importação sujeita a registro no SISCOMEX, bem como TRANSAÇÕES subordinadas a registro no Banco Central do Brasil.

Parágrafo Terceiro - A realização de despesas no exterior, ou em locais legalmente definidos como tal, com finalidade diversa da permitida, ensejará na adoção, pelo Banco Central do Brasil, das medidas cabíveis, no âmbito de sua competência.

Parágrafo Quarto - Configurada a hipótese prevista no parágrafo anterior, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis, o CONTRATADO promoverá o imediato cancelamento do CARTÃO pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

Parágrafo Quinto - Eventuais irregularidades detectadas no uso do CARTÃO no exterior serão objeto de comunicação ao Departamento da Receita Federal, através do Banco Central do Brasil.

Parágrafo Sexto - A CONTRATANTE declara-se ciente de que o CONTRATADO é obrigado a prestar informações detalhadas ao Banco Central do Brasil, à Receita Federal, se for o caso, ao Tribunal de Contas do Estado ou ao Ministério Público, cabendo à CONTRATANTE a justificativa perante o Poder Público quando notificada.

Parágrafo Sétimo - Pela utilização do CARTÃO no exterior, a CONTRATANTE ficará sujeita ao pagamento da "Tarifa Sobre saques no Exterior", divulgada pelo CONTRATADO através das agências do Banco do Brasil, que incidirá sobre o valor das TRANSAÇÕES.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA FATURA E DO PAGAMENTO

O CONTRATADO disponibilizará mensalmente à CONTRATANTE os DEMONSTRATIVOS DE FATURA contendo os lançamentos que configurem movimentação financeira decorrente da utilização do CARTÃO.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATANTE, através deste instrumento, autoriza o CONTRATADO a debitar diariamente em sua CONTA CORRENTE DE RELACIONAMENTO o valor das transações processadas no dia.

Parágrafo Segundo - Sem prejuízo da exigibilidade do pagamento diário das transações, poderá ser contestada pela CONTRATANTE ou pelo PORTADOR qualquer parcela do demonstrativo de conta, no prazo de até 10 (dez) dias seguintes ao vencimento do respectivo débito. O não exercício dessa faculdade implica o reconhecimento da exatidão da conta.

Parágrafo Terceiro - Poderá o CONTRATADO, a seu exclusivo juízo, admitir que a contestação ocorra a qualquer tempo, desde que não ultrapasse os prazos máximos estipulados no regulamento da bandeira internacional em que for processada, não constituindo tal procedimento, no entanto, novação.

Parágrafo Quarto - Poderá o CONTRATADO, a seu exclusivo critério e sem que tal procedimento constitua assunção de nova dívida, admitir que os pagamentos diários e as FATURAS sejam pagos deduzidos as parcelas contestadas. Sobre as parcelas contestadas indevidamente, após o encerramento do processo de contestação, serão exigidos os encargos previstos na Cláusula Nona, desde o vencimento da FATURA onde constou o lançamento original das transações contestadas.

Parágrafo Quinto - A TRANSAÇÃO realizada no exterior será registrada na FATURA, na moeda estrangeira na qual foi realizada, e convertida, obrigatoriamente, para dólares dos Estados Unidos, pela taxa de conversão utilizada pela bandeira internacional, na data de seu processamento.



Parágrafo Sexto - O valor das TRANSAÇÕES em moeda estrangeira será pago em moeda nacional, sendo a conversão feita mediante utilização da taxa de venda do dólar turismo do dia do efetivo pagamento, divulgado pelo Banco do Brasil para cartões de crédito.

Parágrafo Sétimo - Eventuais acertos cambiais relativos a pagamentos efetuados serão lançados na FATURA imediatamente subsequente.

Parágrafo Oitavo - A CONTRATANTE deverá pagar, diariamente, o valor total das compras processadas no dia, relativo as TRANSAÇÕES em dólares dos Estados Unidos.

Parágrafo Nono - Na ocorrência de saldo credor ao CONTRATANTE, originário de pagamento superior ao valor devido em dólares, será convertido à taxa de venda do dólar turismo utilizada no pagamento; caso o saldo credor seja originário de "vouchers" ou qualquer outro acerto, será convertido à taxa de venda do dólar turismo do dia da transação, divulgado pelo Banco do Brasil para cartões de crédito. Eventuais acertos cambiais serão lançados, em Reais, na FATURA imediatamente subsequente.

Parágrafo Décimo - A CONTRATANTE desde já aceita e reconhece, para todos os efeitos legais, como válidos e verdadeiros, fac-símiles, cópias microfilmadas ou fotocópias dos comprovantes de vendas/saques, bem como os dados registrados nos computadores do CONTRATADO, quando as TRANSAÇÕES forem processadas diretamente em terminais ou outros equipamentos eletrônicos credenciados pelo CONTRATADO.

Parágrafo Décimo Primeiro - A Central de Atendimento do CONTRATADO registrará, no ato da contestação, aquelas que não forem esclarecidas naquele momento e informará ao reclamante o número do registro da ocorrência para acompanhamento e justificação de glosa de valor faturado.

Parágrafo Décimo Segundo - Aplica-se o mesmo critério de conversão do parágrafo nono, para as hipóteses de saldo credor originário de pagamento superior ao valor devido em dólares.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS CUSTOS PARA A CONTRATANTE**

A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, diariamente, os valores das TRANSAÇÕES lançadas no dia com os CARTÕES emitidos sob a titularidade dela, sendo vedados quaisquer acréscimos, inclusive taxas de adesão, manutenção, anuidades ou quaisquer outros, que não estejam pactuados neste instrumento contratual, relativo a obtenção e uso do cartão de pagamento objeto deste contrato.

Parágrafo Primeiro - Não estão incluídas na vedação de que trata o "caput", eventuais despesas decorrentes de fornecimento, pelo CONTRATADO, de originais ou cópias de comprovantes de venda, por solicitação da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - Quando se tratar de itens questionados em que resultar comprovado que a TRANSAÇÃO não pertence realmente a CONTRATANTE, não serão cobradas as despesas constantes do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO E SUSPENSÃO DO USO**

O CONTRATADO poderá, de imediato, suspender ou cancelar a utilização do(s) CARTÃO (ÕES) quando a CONTRATANTE não efetuar o pagamento de quaisquer valores devidos, ou quando incorrer alguma das situações previstas na Cláusula Nona.

Parágrafo Único - Cancelado o CARTÃO, a CONTRATANTE o devolverá incontinentemente ao CONTRATADO, tomando o prévio cuidado de inutilizá-lo. A utilização, a partir do cancelamento, tornar-se-á fraudulenta e, assim, sujeita às sanções penais cabíveis.



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES**

A CONTRATANTE será responsável pelas despesas e obrigações decorrentes da utilização, devida ou não, dos cartões emitidos a seu pedido, inclusive quando for processada na modalidade de ASSINATURA EM ARQUIVO, perante o CONTRATADO:

I. Até a data e hora da recepção da comunicação de furto, perda e/ou extravio pelo CONTRATADO, através dos serviços das Centrais de Atendimento, cujos telefones são de conhecimento da CONTRATANTE, disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, inclusive feriados, quando se tratar de CARTÃO em vigor; e/ou

II. Até a data e hora da recepção da comunicação de furto, perda e/ou extravio pelo CONTRATADO, através dos serviços das Centrais de Atendimento, quando se tratar de CARTÃO cancelado ou substituído, não devolvido pelo PORTADOR ao CONTRATADO.

Parágrafo Primeiro - Não estarão cobertos pela comunicação de perda, roubo, furto ou extravio, a utilização do CARTÃO nas transações em terminais eletrônicos que necessitem do uso de código pessoal e secreto, pois tal código é de atribuição, conhecimento e sigilo exclusivos do PORTADOR.

Parágrafo Segundo - Nas comunicações de furto, perda e/ou extravio referidas no inciso I do caput desta Cláusula, o comunicante receberá do CONTRATADO um Número de Ocorrência de Atendimento, numérico, o qual constituirá confirmação e identificação do pedido de bloqueio.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATANTE é responsável pela legalização do Cartão como meio de pagamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CADASTRO**

A CONTRATANTE obriga-se a informar a mudança de seu endereço e dos CENTROS DE CUSTOS, UNIDADES DE FATURAMENTO e PORTADORES ao CONTRATADO, arcando, se não o fizer, com as consequências diretas ou indiretas dessa omissão.

Parágrafo Único - Ao ingressar no SISTEMA, o nome e identificação, dados pessoais e de consumo da CONTRATANTE ou CENTRO DE CUSTO e do PORTADOR passam a integrar o cadastro de dados de propriedade do CONTRATADO que, desde já, fica autorizada a dele se utilizar, respeitadas as disposições legais em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS**

A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, a título de ressarcimento de despesas, os gastos em que esta vier a incorrer para o fornecimento de originais ou cópias de comprovantes de operações ou saques.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

O prazo deste contrato será de 60 (sessenta) meses, contados de sua assinatura podendo ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei n 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MODIFICAÇÕES**

O CONTRATADO poderá ampliar as hipóteses de utilização do CARTÃO, agregando-lhe outros serviços, e introduzir modificações no presente Contrato, desde que, compatíveis com



a legislação local, sejam aceitas pelo CONTRATANTE, mediante Termo Aditivo que deverá ser assinado por ambas as partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ACEITAÇÃO TÁCITA

A prática de qualquer ato consequente da adesão ao SISTEMA implica em ciência e aceitação pela CONTRATANTE de cada um e de todos os termos deste Contrato, que será levado para registro em Cartório de Títulos e Documentos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO ACESSO AS INFORMAÇÕES

A CONTRATANTE terá acesso a todas as informações sobre cartões, objeto deste contrato, referente a todas as demais entidades da CONTRATANTE.

Parágrafo Único - O CONTRATADO poderá, sempre que entender necessário, proceder a monitorização e a gravação das ligações telefônicas através da Central de Atendimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESILIÇÃO

A qualquer tempo poderão as partes rescindir o presente Contrato, comunicando por escrito a sua resolução, devendo as entidades da CONTRATANTE devolver, através do(s) PORTADOR(ES) ou do REPRESENTANTE AUTORIZADO, o(s) CARTÃO(ÕES) sob sua responsabilidade, devidamente inutilizado(s), permanecendo responsável pelos débitos remanescentes e derivados, a qualquer título, do presente ajuste, que lhe serão apresentados pelo CONTRATADO logo que apurados, para pagamento imediato de uma só vez.

Parágrafo Primeiro - Quando a iniciativa partir da CONTRATANTE, deve ser providenciada a imediata liquidação do saldo de utilização que até então se verifique.

Parágrafo Segundo - Também constituirá causa de rescisão do Contrato: I. Descumprimento das cláusulas contratuais;

II. Constatação pelo CONTRATADO de serem inverídicas e/ou insuficientes às informações prestadas pela CONTRATANTE;

III. Prática dolosa de qualquer ação, ou deliberada omissão, da CONTRATANTE ou CENTRO DE CUSTO ou ainda do PORTADOR do CARTÃO, visando a obtenção das vantagens deste Contrato ou e quaisquer outras oferecidas pelo SISTEMA em hipóteses de utilização diversas das previstas neste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas Cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS ÔNUS E ENCARGOS

Todas as despesas necessárias e decorrentes da execução dos serviços ora contratados inclusive impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outros que forem devidos relativamente aos serviços e aos empregados, são de inteira, única e exclusiva responsabilidade do CONTRATADO.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO



A publicação do extrato deste contrato e dos eventuais aditamentos, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) será providenciada pela CONTRATANTE, no prazo a que alude o inciso II do art. 94 da Lei 14.133/21.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Para informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários a este contrato, o BANCO coloca à disposição do Representante Autorizado do Centro de Custos da CONTRATANTE e dos PORTADORES, os telefones da Central de Atendimento do Banco do Brasil – CABB 0800 979 0909, Suporte Técnico Pessoa Jurídica 3003 0600 (capitais e regiões metropolitanas), 0800 729 0600 (demais localidades), SAC Serviço de Atendimento ao Consumidor 0800 729 0722 e para deficientes auditivos ou de fala o telefone 0800 729 0088. Caso o Representante Autorizado do Centro de Custos da CONTRATANTE ou o PORTADOR considere(m) que a solução dada à ocorrência registrada anteriormente mereça revisão, deve entrar em contato com a Ouvidoria BB pelo 0800 729 5678.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro de Viçosa/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, não decididas pelas partes na forma prevista na Cláusula Décima Nona deste Instrumento.

E assim, por estarem ajustadas e acordadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Contrato, em 2(duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Ouro Branco/MG, na data da assinatura digital.

---

**BANCO DO BRASIL SA**

---

**CÂMARA MUNICIPAL OURO BRANCO**





Setor Público > Cartões > Cartão de Pagamento Governo Estadual e Municipal



## Cartão de Pagamento do Governo Estadual e Municipal

Bem-vindo ao Cartão de Pagamento do Governo Estadual/Municipal, uma solução moderna e eficiente para a gestão de recursos públicos estaduais e municipais. Este cartão foi desenvolvido para proporcionar mais agilidade, controle e segurança nas operações financeiras das unidades gestoras.

### Público-Alvo



O Cartão de Pagamento do Governo Estadual/Municipal é destinado a:

- Unidades de Governo e Entidades da Administração Pública Estadual ou Municipal.
- Autarquias Estaduais e Municipais que possuem patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.
- Conselhos de Classes Profissionais: Autarquias federais com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.
- Conselhos da Ordem dos Advogados do Brasil: Podem utilizar o serviço desde que seu CNPJ esteja cadastrado com a Natureza Jurídica de Autarquia Federal.
- Demais Entes Públicos Estaduais e Municipais: Disponível apenas para transações de compras na rede credenciada e saques nos terminais de autoatendimento do Banco do Brasil.

### Funcionalidades

- Compras de Bens e Serviços: Utilize o Cartão de Pagamento do Governo Estadual/Municipal em estabelecimentos credenciados à rede VISA, tanto no





- Saques: Realize saques na conta cartão através dos terminais de Autoatendimento BB no Brasil e nos caixas automáticos das redes VISA/PLUS no exterior (se autorizado pela Unidade Gestora).
- Permite filtros de personalização dos gastos por tipos de estabelecimentos, uso no exterior e/ou uso na internet.

## Benefícios

- Isenção de IOF: Não há incidência de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas transações realizadas com o cartão.
- Agilidade e Controle: Proporciona mais rapidez e eficiência na gestão de recursos, com total acompanhamento das despesas realizadas.
- Segurança: Maior segurança nas operações financeiras e facilidade na prestação de contas.

## Como Aderir

Para aderir ao Cartão de Pagamento do Governo Estadual/Municipal, acesse todos os formulários necessários aqui. Após o preenchimento, procure uma agência do Banco do Brasil para abertura de conta de relacionamento.

O Cartão de Pagamento do Governo Estadual/Municipal é a ferramenta ideal para modernizar a gestão financeira da administração pública estadual e municipal, garantindo transparência e eficiência no uso dos recursos públicos.

## Formulários





PREENCHER



## Representante Autorizado (Inclusão)

Servidor com poderes para representar o ente.

PREENCHER



## Cadastro de Centro de Custo

Preencha um formulário para cada regional, departamento ou setor, de acordo com a estrutura administrativa de sua Unidade Gestora ou a necessidade de controle de gastos.



PREENCHER



## Cadastro de Portador

Preencha com os dados do portador, vinculando-o a um Centro de Custo e a uma Unidade de Faturamento individualizada ou Centralizada.

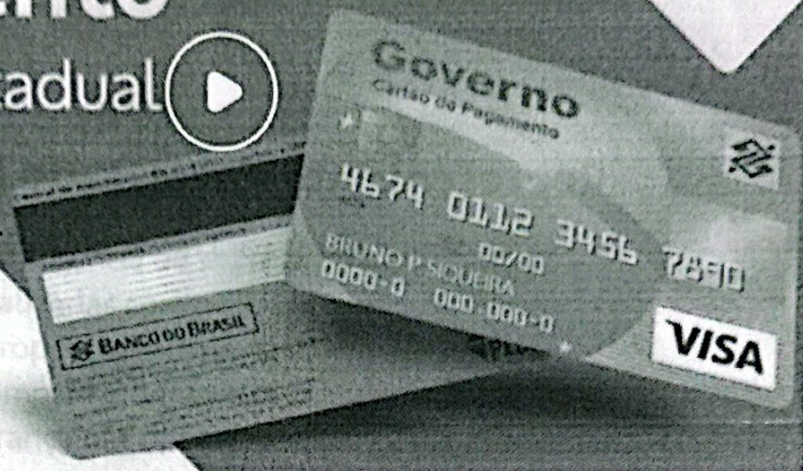
PREENCHER





# Cartão de Pagamento

## Governo Estadual e Municipal



Central de Relacionamento BB

**4004 0001 / 0800 729 0001**

SAC

**0800 729 0722**

Ouvidoria BB

**0800 729 5678**

Pessoa com Deficiência Auditiva ou de Fala

**0800 729 0088**

WhatsApp

**61 4004 0001**

Canal de Ética e Denúncias BB

**0800 300 4455**



Acesso à  
Informação

© Banco do Brasil S/A - CNPJ

00.000.000/0001-91 SAUN QD 5 LT









**Cartão Corporativo**  
Governo Estadual/Municipal  
**Proposta de adesão**

**Registro do Contrato**

Nº do protocolo e registro	Data
Nome do cartório	Cidade

**Unidade de Governo**

CNPJ	Nome		
Nome a constar do cartão	Limite proposto	Valor sem centavos	
Ag. relacionamento	Prefixo sem dv	Nº da conta corrente	Conta sem dv
Endereço da Unidade de Governo			
Bairro/Distrito	Município	UF	CEP
DDD	Telefone	Ramal	Fax

**Permissões**

Saque	Compra parcelada
<input type="checkbox"/> S - Sim <input type="checkbox"/> N - Não	<input type="checkbox"/> S - Sim <input type="checkbox"/> N - Não
Uso no exterior	Compra internet/telefone
<input type="checkbox"/> S - Sim <input type="checkbox"/> N - Não	<input type="checkbox"/> S - Sim <input type="checkbox"/> N - Não
Valor máximo por transação	Valor sem centavos
Utiliza controle de gastos (diário, semanal, mensal) ?	Utiliza filtro?
<input type="checkbox"/> S - Sim <input type="checkbox"/> N - Não	<input type="checkbox"/> S - Sim <input type="checkbox"/> N - Não

**Filtros (ramos de atividades)**

1. Agências de turismo	2. Aluguel de carros
3. Artigos eletrônicos	4. Cias. aéreas
5 - Drogarias e farmácias	6 - Entretenimento
7 - Estacionamento	8 - Hospitais e clínicas
9 - Hotéis	10 - Joalherias
11 - Lojas de departamento	12 - Materiais de construção
13 - Móveis e decoração	14 - Outros varejos
15 - Pedágios	16 - Postos de combustível
17 - Restaurantes	18 - Revendas de veículos
19 - Saques	20 - Serviços
21 - Serviços e autopeças	22 - Supermercados
23 - Telemarketing e catálogo	24 - Vestuário
25 - Outros estabelecimentos	

Mod. 0.70.136-7 - Jun/12 - SISBB 12164 - nei

Pág. 1/2



**Cartão Corporativo**  
Governo Estadual/Municipal  
**Proposta de adesão**



**Termo de adesão**

Ao assinar esta proposta de adesão, a Unidade de Governo:

- 1 - Concorde com as informações acima relacionadas e se declara automática e expressamente vinculada às disposições previstas no contrato acima descrito e seus aditivos, cujo texto declara conhecer e do qual recebeu cópia; e
- 2 - Se responsabiliza pelas transações efetuadas com os cartões emitidos em seu nome.

**Obs.:**

Este documento é parte integrante do Contrato acima descrito e seus aditivos, cujo texto declara conhecer.

Local e data

Assinatura(s) do(s) representante(s)  
legal(is) da Unidade de Governo

O BANCO coloca à disposição do(s) clientes(s), os seguintes telefones:

**Central de Atendimento** - 4004.0001\* ou 0800.729.0001;

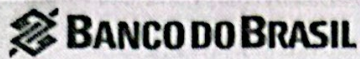
**Serviço de Atendimento ao Consumidor** (informação, dúvida, sugestão, elogio, reclamação, suspensão ou cancelamento) - 0800.729.0722;

**Para Deficientes Auditivos ou de Fala** - 0800.729.0088;

**Ouvidoria BB** (demandas não solucionadas no atendimento habitual) - 0800.729.5678.

\* Custos de ligações locais e impostos serão cobrados conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.



**Cartões Empresariais, Co-Branded  
Parcerias Empresarial e Corporativos  
Inclusão/Exclusão de representante autorizado****Empresa/Unidade Gestora/Unidade de Governo**

CNPJ

Código Unidade Gestora (somente Cartões do Governo Federal)

Razão social/Nome da Unidade Gestora/Nome da Unidade de Governo

Ag. relacionamento

Prefixo  
sem dv

Nº da conta corrente/Conta corrente de relacionamento

Conta  
sem dv**Representante autorizado**

Nº do Centro de Custo

☐ 1. Inclusão ☐ 2. Exclusão

Nome do Centro de Custo

CPF do representante autorizado

Nome do representante autorizado

Preencha, obrigatoriamente, os campos abaixo, caso o representante autorizado do Centro de Custo não seja cadastrado no BB.

Documento de identidade

Órgão emissor

UF

Data de emissão

Data de nascimento

Assinatura do representante autorizado

**Representante autorizado**

Nº do Centro de Custo

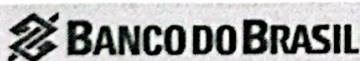
☐ 1. Inclusão ☐ 2. Exclusão

Nome do Centro de Custo

CPF do representante autorizado

Nome do representante autorizado

Mod. 0.70.229-0 - Jan/12 - SISBB 12030 - pvb

**Cartões Empresariais, Co-Branded  
Parcerias Empresarial e Corporativos  
Inclusão/Exclusão de representante autorizado**

Folha 1/2



Preencha, obrigatoriamente, os campos abaixo, caso o representante autorizado do Centro de Custo não seja cadastrado no BB.

Documento de identidade

Órgão emissor

UF

Data de emissão

Data de nascimento

Assinatura do representante autorizado

Representante autorizado

Nº do Centro de Custo

1. Inclusão 2. Exclusão

Nome do Centro de Custo

CPF do representante autorizado

Nome do representante autorizado

Preencha, obrigatoriamente, os campos abaixo, caso o representante autorizado do Centro de Custo não seja cadastrado no BB.

Documento de identidade

Órgão emissor

UF

Data de emissão

Data de nascimento

Assinatura do representante autorizado

Local e data

Assinatura do representante  
legal/Ordenador de despesa

O BANCO coloca à disposição do(s) clientes(s), os seguintes telefones:

**Central de Atendimento** - 4004.0001\* ou 0800.729.0001;

**Serviço de Atendimento ao Consumidor** (informação, dúvida, sugestão, elogio, reclamação, suspensão ou cancelamento) - 0800.729.0722;

**Para Deficientes Auditivos ou de Fala** - 0800.729.0088;

**Ouvidoria BB** (demandas não solucionadas no atendimento habitual) - 0800.729.5678.

\* Custos de ligações locais e impostos serão cobrados conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.



**Cartão Corporativo**  
Governo Estadual / Municipal  
**Cadastro de Centro de Custo****Registro do Contrato**

Nº do protocolo e registro

Data

Nome do cartório

Cidade

**Unidade de Governo**

CNPJ

Nome

Obs.: Na inclusão de Unidade de Faturamento para Centro de Custo já cadastrado, informar somente o nº e o nome do Centro de Custo a que vai estar vinculado.

**Centro de Custo**

Número do Centro de Custo

Nome do Centro de Custo

CNPJ do Centro de Custo (se diferente da Unidade de Governo)

CPF do representante autorizado do Centro de Custo

Nome do representante autorizado do Centro de Custo

Proteção Ouro

Limite proposto para o Centro de Custo

Valor sem  
centavos

S - Sim N - Não

Endereço do Centro de Custo

Bairro/Distrito

Centro

Município

UF

CEP

DDD/Telefone

Ramal

Fax

**Preenchimento obrigatório, caso o representante autorizado do Centro de Custo não seja cadastrado no Banco do Brasil**

Identidade

Órgão emissor

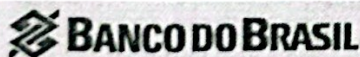
UF

Data de emissão

Data de nascimento

Mod. 0.70.137-5 - Jun/12 - SISBB 12164 - nei

Pág. 1/3

**Cartão Corporativo**  
Governo Estadual/Municipal  
Cadastro de Centro de Custo**Permissões**

Saque

S - Sim N - Não

Compra parcelada

S - Sim N - Não

Uso no exterior

S - Sim N - Não

Compra internet/telefone

S - Sim N - Não



**Filtros (ramos de atividades)**

1 - Agências de turismo	14 - Outros varejos
2 - Aluguel de carros	15 - Pedágios
3 - Artigos eletrônicos	16 - Postos de combustível
4 - Cias. aéreas	17 - Restaurantes
5 - Drogarias e farmácias	18 - Revendas de veículos
6 - Entretenimento	19 - Saques
7 - Estacionamento	20 - Serviços
8 - Hospitais e clínicas	21 - Serviços e autopeças
9 - Hotéis	22 - Supermercados
10 - Joalherias	23 - Telemarketing e catálogo
11 - Lojas de departamento	24 - Vestuário
12 - Materiais de construção	25 - Outros estabelecimentos
13 - Móveis e decoração	

**Unidade de Faturamento****(não preencher quando houver somente faturamento individualizado)**

Número da Unidade de Faturamento

Nome da Unidade de Faturamento

Agência do débito	Prefixo sem dv	Nº da conta corrente	Conta sem dv
Tipo de cartão		Dia do vencimento	Exceto dias 14, 15, 29, 30 e 31

**Permissões**

Saque		Compra parcelada	
<input type="checkbox"/> S - Sim	<input type="checkbox"/> N - Não	<input type="checkbox"/> S - Sim	<input type="checkbox"/> N - Não
Uso no exterior		Valor máximo por transação - R\$	Valor sem centavos
<input type="checkbox"/> S - Sim	<input type="checkbox"/> N - Não		
Compra internet/telefone		Valor máximo por transação - R\$	Valor sem centavos
<input type="checkbox"/> S - Sim	<input type="checkbox"/> N - Não		

**Demais transações**

Valor máximo por transação - R\$

Valor sem centavos

Mod. 0.70.137-5 - Jun/12 - SISBB 12164 - nei



Pág. 2/3

**Cartão Corporativo**  
Governo Estadual/Municipal  
Cadastro de Centro de Custo

**Filtros (ramos de atividades)**

1 - Agências de turismo	14 - Outros varejos
2 - Aluguel de carros	15 - Pedágios
3 - Artigos eletrônicos	16 - Postos de combustível
4 - Cias. aéreas	17 - Restaurantes
5 - Drogarias e farmácias	18 - Revendas de veículos
6 - Entretenimento	19 - Saques
7 - Estacionamento	20 - Serviços
8 - Hospitais e clínicas	21 - Serviços e autopeças
9 - Hotéis	22 - Supermercados
10 - Joalherias	23 - Telemarketing e catálogo
11 - Lojas de departamento	24 - Vestuário
12 - Materiais de construção	25 - Outros estabelecimentos



**13 - Móveis e decoração**

A Unidade de Governo outorga ao REPRESENTANTE AUTORIZADO, acima indicado, poderes conforme contrato acima descrito e seus aditivos, cujo texto declara conhecer e do qual recebeu cópia.

Este documento é parte integrante do Contrato acima descrito e seus aditivos.

Local e data

Assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is)  
da Unidade de Governo

Assinatura do representante autorizado do  
Centro de Custo

O BANCO coloca à disposição do(s) clientes(s), os seguintes telefones:

**Central de Atendimento** - 4004.0001\* ou 0800.729.0001;

**Serviço de Atendimento ao Consumidor** (informação, dúvida, sugestão, elogio, reclamação, suspensão ou cancelamento) - 0800.729.0722;

**Para Deficientes Auditivos ou de Fala** - 0800.729.0088;

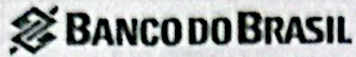
**Ouvidoria BB** (demandas não solucionadas no atendimento habitual) - 0800.729.5678.

\* Custos de ligações locais e impostos serão cobrados conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.

Mod. 0.70.137-5 - Jun/12 - SISBB 12164 - nei

Pág. 3/3





**Cartão Corporativo**  
 Governo Estadual/Municipal  
 Cadastro de portador

**Registro do Contrato**

Nº do protocolo e registro	Data	Nome do cartório e cidade
----------------------------	------	---------------------------

**Unidade de Governo**

CNPJ	Nome	
Nome do Centro de Custo	Nº do Centro de Custo	Nome da Unidade de Faturamento

**Portador**

CPF	Nome
Data de nascimento	Nome a constar no cartão

**Preenchimento obrigatório para portador com faturamento individual**

Agência do débito	Nº da conta corrente (Unidade de Governo) para débito
Dia do vencimento	Tipo de cartão Corporate

**Preenchimento obrigatório, caso o portador não seja cadastrado no Banco do Brasil**

Identidade	Órgão emissor	UF	Data da emissão	Sexo
Data início do cargo	Estado Civil Solteiro			
Cargo	Mês / ano início do cargo			
Endereço				
Bairro / Distrito				
Município	UF		CEP	
DDD - Telefone	Ramal	Fax		

**Permissões**

Saque <input type="checkbox"/> S - Sim <input type="checkbox"/> N - Não	Compra parcelada <input type="checkbox"/> S - Sim <input type="checkbox"/> N - Não
Uso no exterior <input type="checkbox"/> S - Sim <input type="checkbox"/> N - Não	Valor máximo por transação - R\$ Valor sem centavos
Compra internet/telefone <input type="checkbox"/> S - Sim <input type="checkbox"/> N - Não	Valor máximo por transação - R\$ Valor sem centavos

Mod. 0.70.138-3 - Jun/12 - SISBB 12164 - nei

Pág. 1/3



**Cartão Corporativo**  
 Governo Estadual/Municipal  
 Cadastro de portador

**Demais transações**



Valor máximo por transação - R\$	Valor sem centavos
----------------------------------	--------------------

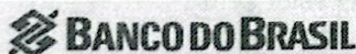
**Cartão Corporativo**

Limite geral mensal do portador (R\$)

**Filtros (Ramos de atividades)**

Filtros	Limitar gastos por dia-R\$	Limitar gastos por semana-R\$	Limitar gastos por mês-R\$
<input type="checkbox"/> 1. Agências de turismo			
<input type="checkbox"/> 2. Aluguel de carros			
<input type="checkbox"/> 3. Artigos eletrônicos			
<input type="checkbox"/> 4. Cias aéreas			
<input type="checkbox"/> 5. Drogarias e farmácias			
<input type="checkbox"/> 6. Entretenimento			
<input type="checkbox"/> 7. Estacionamento			
<input type="checkbox"/> 8. Hospitais e clínicas			
<input type="checkbox"/> 9. Hotéis			
<input type="checkbox"/> 10. Joalherias			
<input type="checkbox"/> 11. Lojas de departamento			
<input type="checkbox"/> 12. Materiais de construção			
<input type="checkbox"/> 13. Móveis e decoração			
<input type="checkbox"/> 14. Outros varejos			
<input type="checkbox"/> 15. Pedágios			
<input type="checkbox"/> 16. Postos de combustível			
<input type="checkbox"/> 17. Restaurantes			
<input type="checkbox"/> 18. Revendas de veículos			
<input type="checkbox"/> 19. Saques			
<input type="checkbox"/> 20. Serviços			
<input type="checkbox"/> 21. Serviços e autopeças			
<input type="checkbox"/> 22. Supermercados			
<input type="checkbox"/> 23. Telemarketing e catálogo			
<input type="checkbox"/> 24. Vestuário			
<input type="checkbox"/> 25. Outros estabelecimentos			

Mod. 0.70.138-3 - Jun/12 - SISBB 12164 - nei



Pág. 2/3

**Cartão Corporativo**  
 Governo Estadual/Municipal  
 Cadastro de portador

**Observações**

- a) o limite geral mensal é o limite máximo que o portador pode gastar e deve ser sempre informado;
- b) anular com traço as colunas de limite não preenchidas;
- c) valor não informado nos campos para definição de limites por tipo de gastos significa que o portador não poderá efetuar este tipo de compra;



- d) deverá ser sempre informado o valor de limites para gastos por dia/semana/mês. Caso não informado, o sistema considerará que o portador não poderá efetuar este tipo de gasto;
- e) na solicitação de cartão para não clientes do Banco juntar cópias de identidade e CPF;
- f) este documento é parte integrante do Contrato acima descrito e seus aditivos, cujo texto declara conhecer.

Local de data

Assinatura do representante autorizado  
do Centro de Custo

Assinatura do portador

O BANCO coloca à disposição do(s) clientes(s), os seguintes telefones:

**Central de Atendimento** - 4004.0001\* ou 0800.729.0001;

**Serviço de Atendimento ao Consumidor** (informação, dúvida, sugestão, elogio, reclamação, suspensão ou cancelamento) - 0800.729.0722;

**Para Deficientes Auditivos ou de Fala** - 0800.729.0088;

**Ouvidoria BB** (demandas não solucionadas no atendimento habitual) - 0800.729.5678.

\* Custos de ligações locais e impostos serão cobrados conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.





# Câmara Municipal de Ouro Branco

## PARECER JURÍDICO Nº 42/2025

**Referência:** Processo Administrativo 25/2025

Dispensa de licitação nº 14/2025

**Assunto:** Emissão e Administração de Cartão Bancário – Regime de Antecipação de despesas  
**Resolução** 12/2025/CMOB

*DIREITO ADMINISTRATIVO – LEI 14.133/21 –  
DISPENSA DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS PRESTADOS  
POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
CRIADA PARA ESSE FIM ESPECÍFICO – BANCO DO  
BRASIL – EMISSÃO E ADMINISTRAÇÃO DE  
CARTÃO BANCÁRIO – REGIME DE  
ADIANTAMENTO DE DESPESAS – RESOLUÇÃO Nº  
12/2025/CMOB*

### **I. DO RELATÓRIO**

Trata o presente parecer sobre a legalidade do processo administrativo de dispensa de licitação instaurado para a contratação do Banco do Brasil SA para emissão e administração de cartão de pagamento para utilização como meio de pagamento nas aquisições de bens e serviços em regime de adiantamento financeiro, conforme projeto de resolução nº 002/2025, da Câmara Municipal de Ouro Branco.

Instruem o pedido, no que interessa, os autos do processo administrativo em comento, no qual constam: Documento de Formalização de Demanda, Termo de Referência, justificativa pela ausência de ETP e Análise de Risco, Minuta do contrato de adesão, proposta, justificativa, documentos da Contratada; declaração quanto à compatibilidade orçamentária, tendo em vista que “a contratação não prevê ônus para a Câmara Municipal”.

É o breve relato dos fatos, passo à apreciação.

### **II. DA ANÁLISE JURÍDICA**

Prefacialmente, é importante salientar que o exame desse parecerista cinge-se tão-somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base os documentos juntados. Por essa razão, não se incursiona em discussões de ordem técnica do serviço, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema apreciado, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes.





# Câmara Municipal de Ouro Branco

Dessa forma, não se adentra ao mérito, em atendimento à recomendação expedida pela Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

*O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.*

Feitas essas considerações, passemos à análise dos aspectos relacionados às orientações jurídicas solicitadas.

### III. DA FUNDAMENTAÇÃO

O art. 75, IX da Lei Federal 14.133 estabelece que:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

Pois bem. Não é demais dizer que o Banco do Brasil S/A é regido pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, com destaque para o que segue:

#### SEÇÃO II

##### DO BANCO DO BRASIL S/A.

“Art. 19. Ao Banco do Brasil S. A. competirá precipuamente, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional e como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal:

I - na qualidade de Agente, Financeiro do Tesouro Nacional, sem prejuízo de outras funções que lhe venham a ser atribuídas e ressalvado o disposto no





# Câmara Municipal de Ouro Branco

---

art. 8º, da Lei nº 1628, de 20 de junho de 1952:

(...)

II - como principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias, receber em depósito, com exclusividade, as disponibilidades de quaisquer entidades federais, compreendendo as repartições de todos os ministérios civis e militares, instituições de previdência e outras autarquias, comissões, departamentos, entidades em regime especial de administração e quaisquer pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por adiantamentos, ressalvados o disposto no § 5º deste artigo, as exceções previstas em lei ou casos especiais, expressamente autorizados pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Banco Central da República do Brasil;

(...)

[...]

Art. 21. (Omissis).

§ 1º A nomeação do Presidente do Banco do Brasil S. A. será feita pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal.”.

Dessa leitura pode-se concluir que o Banco do Brasil S/A se insere na qualidade de instituição financeira oficial federal, constituída sob a forma de sociedade de economia mista, em que pese se encontrar sujeita ao regime jurídico das empresas do setor privado, à luz do que dispõe o art. 73 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Nesse passo, o Estatuto Social do Banco do Brasil S/A, Capítulo I, art. 1º, destaca sua natureza jurídica:

## “CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, CARACTERÍSTICAS E NATUREZA DO

### BANCO

Art. 1º O Banco do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima aberta, de economia mista, que explora atividade econômica, na forma do artigo 173 da Constituição Federal, organizado sob a forma de banco múltiplo, está sujeito ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, sendo regido por este Estatuto, pelas Leis nº 4.595/64, nº 6.404/76, nº 13.303/16 e seu respectivo Decreto





# Câmara Municipal de Ouro Branco

regulamentador, e demais normas aplicáveis.”.

Assim, ao que nos consta, a contratada é instituição que integra a administração pública e que foi criada para operar no mercado financeiro.

No que concerne ao preço do serviço, conforme consta no termo de referência, por se tratar de cartão de débito em conta, a única obrigação da contratante é pagar pela despesa assumida mediante a utilização do cartão, não havendo assim custos diretos à operação.

Some-se a isso o fato de que a conta bancária da Câmara Municipal está vinculada ao Banco do Brasil, razão porque, por decorrência lógica, o cartão só poderia ser fornecido por referida instituição financeira.

Quanto ao contrato apresentado, trata-se de termo de adesão padronizado pelo Banco do Brasil e sobre o qual não encontramos inconsistências.

Nesse sentido, esta Procuradoria não vislumbra óbice ao regular prosseguimento do feito, notadamente quanto à contratação direta, mediante dispensa de licitação, com esteio no art. 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, como já apontado pelo Setor de Compras.

## IV. DA CONCLUSÃO

Tendo em vista os fundamentos de fato e de direito apresentados, e para que aspectos de mero formalismo não se sobreponham a questões de fundo, esta Procuradoria OPINA FAVORAVELMENTE À LEGALIDADE DA CONTRAÇÃO, com fulcro no art. 75, IX, da Lei 14133/21, por dispensa licitatória.

Destarte, recomenda-se que os presentes autos sejam encaminhados ao setor competente, para que ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato seja divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do órgão. É o parecer, salvo melhor juízo.

Ouro Branco/MG, 28 de abril de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
Alex da Silva Alvarenga  
Procuradoria Jurídica





# Câmara Municipal de Ouro Branco

## RATIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº: 025/2025  
Dispensa de licitação nº: 014/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Ouro Branco-MG, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 72 da Lei 14.133/21 atualizada, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação nº 014/2025, referente à:

**OBJETO:** "Contratação de instituição bancária para emissão e administração de cartão de pagamento para utilização como meio de pagamento nas aquisições de bens e serviços em regime de adiantamento financeiro, conforme projeto de resolução nº 002/2025 da CMOB"

**CONTRATADO:** BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00.000.000/0001-91

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

A contratação não envolve ônus financeiro para a Câmara Municipal de Ouro Branco

Esta ratificação tem como subsídio as razões jurídicas expostas no parecer jurídico.

Determino a publicação na imprensa oficial do Município.

Junte-se a respectiva publicação no presente processo e encaminhem-se os autos à Procuradoria Jurídica para elaboração do contrato.

Após a contratação, determino a sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Ouro Branco/MG, 21 de maio de 2025.

**WARLEY HIGINO**

**PEREIRA:12770781650**

Assinado de forma digital por  
WARLEY HIGINO  
PEREIRA:12770781650  
Dados: 2025.05.21 15:49:37 -03'00'

**Warley Higino Pereira**  
Presidente da Câmara Municipal de Ouro Branco





# Câmara Municipal de Ouro Branco

---

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Ouro Branco, Exercício 2025, no uso de suas atribuições, resolve **HOMOLOGAR** o **Processo Administrativo 025/2025, Dispensa de Licitação 014/2025**, cujo objeto é a *"Contratação de instituição bancária para emissão e administração de cartão de pagamento para utilização como meio de pagamento nas aquisições de bens e serviços em regime de adiantamento financeiro, conforme projeto de resolução nº 002/2025 da CMOB"*, e **ADJUDICAR** o objeto em favor do **BANCO DO BRASIL S.A.**, CNPJ nº 00.000.000/0001-91.

Ouro Branco, 21 de maio de 2025.

WARLEY HIGINO

PEREIRA:12770781650

Assinado de forma digital por

WARLEY HIGINO

PEREIRA:12770781650

Dados: 2025.05.21 15:50:18 -03'00'

**Warley Higinio Pereira**

Presidente da Câmara Municipal de Ouro Branco/MG.





# Câmara Municipal de Ouro Branco

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A CÂMARA  
MUNICIPAL DE OURO BRANCO E  
O BANCO DO BRASIL S.A.

CONTRATO CMOB nº 016/2025

A CÂMARA MUNICIPAL OURO BRANCO, CNPJ 23.964.950/0001-31, pessoa jurídica de direito representado neste ato pelo Presidente, Sr. Warley Higino Pereira, daqui por diante designado CONTRATANTE e o BANCO DO BRASIL S. A., inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.000.000/0001-91, com sede no Q SAUN QUADRA 5 LOTE B TORRES I, II E III, Brasília/DF, CEP 70.040-912 neste ato representado pelo Gerente Geral da Agência 2372-8 (Ouro Branco/MG), RONALDO DE CARVALHO SETTE, brasileiro, bancário, CPF 008.914.576-31, doravante denominado CONTRATADO, têm como justo e contratados, com dispensa de licitação fulcrada no art. 75, inciso IX, da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações, os serviços descritos neste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços relativos à emissão e administração de cartão de pagamento para utilização pelo CONTRATANTE, como meio de pagamento nas suas aquisições de bens e serviços.

Parágrafo Único - Integram o presente Contrato as normas, critérios, limites e demais condições expedidas pelo Poder Público relativas ao uso de cartões no País e no exterior ou em locais legalmente definidos como tal, que as partes se obrigam a observar.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEFINIÇÕES

Os termos contidos neste contrato terão o significado estabelecido a seguir:

- I. "CONTRATANTE" - órgão do Governo Estadual/Municipal com autonomia contábil e financeira, que irá aderir a este contrato para utilização do cartão DE PAGAMENTO, e titular da conta cartão.
- II. "AFILIADO" - estabelecimento comercial, no Brasil ou no exterior, integrante da rede a que estiver associado o CONTRATADO, onde o PORTADOR poderá fazer uso do cartão.
- III. "ASSINATURA EM ARQUIVO" - modalidade pela qual o TITULAR adquire, via telefone ou outros meios, bens e serviços de AFILIADOS, sem assinar o correspondente comprovante de venda.
- IV. "ASSINATURA ELETRÔNICA" - código pessoal e secreto que o PORTADOR imposta em terminais ou outros equipamentos eletrônicos para efetivar operações.
- V. "BANCO" - Banco do Brasil S.A., que emite, administra e através de sua rede de Unidades, disponibiliza suporte operacional e tecnológico para utilização do cartão.
- VI. "CARTÃO" - cartão de plástico emitido pelo CONTRATADO, com LIMITE DE UTILIZAÇÃO preestabelecido para saques e aquisição de bens e serviços.







# Câmara Municipal de Ouro Branco

- VII. "CARTÃO DE PAGAMENTO DO CONTRATANTE" - programa que utiliza cartão de pagamento, para aquisições e saques, da CONTRATANTE, e será processado por intermédio de sistema de cartão com a característica do produto e operacionalizado na forma estabelecida entre a CONTRATANTE e o CONTRATADO.
- VIII. "CENTRO DE CUSTO" - departamento, unidade gestora, diretoria regional, unidade de gestão, divisão ou qualquer outro termo que identifique vinculação com a CONTRATANTE.
- IX. "COMPROVANTE DE OPERAÇÃO" - documento assinado pelo PORTADOR para efetivar transações após a apresentação do CARTÃO DE PAGAMENTO aos AFILIADOS ou Instituição Financeira.
- X. "FATURA" - documento de faturamento contendo a informação sobre os valores devidos, pela CONTRATANTE, ao CONTRATADO.
- XI. "CONTA CORRENTE DE RELACIONAMENTO" - conta corrente exclusivamente para relacionamento com o CARTÃO DE PAGAMENTO DO CONTRATANTE. O saldo desta conta poderá ser mantido em qualquer modalidade de aplicação financeira, que possua resgate automático, pertencente ao portfólio do BANCO.
- XII. "DEMONSTRATIVO MENSAL" - documento emitido pelo CONTRATADO, contendo a relação das TRANSAÇÕES efetuadas pelos PORTADORES da respectiva CONTRATANTE, lançadas na FATURA, para efeito de conferência e atesto.
- XIII. "LIMITE DE UTILIZAÇÃO" - valor máximo estabelecido pelo ORDENADOR DE DESPESAS da CONTRATANTE, junto ao CONTRATADO, para utilização no cartão DE PAGAMENTO.
- XIV. "ORDENADOR DE DESPESA" - responsável legal pela CONTRATANTE.
- XV. "PORTADOR" - ORDENADOR DE DESPESA ou outro servidor por ele autorizado a portar cartão de pagamento emitido em nome da respectiva CONTRATANTE.
- XVI. "PREPOSTO" - representante da CONTRATANTE junto ao Auto Atendimento Setor Público, com poderes constituídos através de contrato específico.
- XVII. "REPRESENTANTE LEGAL" - funcionário do serviço público ou contratado pelo CONTRATANTE com poderes definidos e publicados em Órgão Oficial, para fazer a adesão a este contrato firmado pelo CONTRATANTE.
- XVIII. "REPRESENTANTE AUTORIZADO" pessoa indicada pela CONTRATANTE através do CADASTRO DO CENTRO DE CUSTO para:
- a) Incluir ou excluir os portadores vinculados à CONTRATANTE e à UNIDADE DE FATURAMENTO;
  - b) Retirar os cartões junto ao BANCO, mediante assinatura em termo específico, contendo os números dos cartões e nome dos referidos portadores;
  - c) Entregar os cartões retirados junto ao BANCO aos respectivos portadores, colhendo assinatura em TERMO DE RECEBIMENTO E RESPONSABILIDADE PELA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO;
  - d) Assinar todo e qualquer documento dirigido ao CONTRATADO em nome da CONTRATANTE ou CENTRO DE CUSTO;
  - e) Receber os relatórios de controle do CONTRATADO;







# Câmara Municipal de Ouro Branco

- f) Receber as FATURAS para pagamento;
- g) Estabelecer contato com o CONTRATADO; e
- h) Para os portadores:
  - i. Definir os tipos de gastos permitidos a cada PORTADOR em tabela específica;
  - ii. Atribuir limites apropriados às transações e/ou despesas de cada PORTADOR, cujo somatório, quando da utilização, não poderá exceder ao limite a ela estipulado pelo CONTRATADO; e
  - iii. Flexibilizar os limites para cada PORTADOR, por valor das transações em cada tipo de gastos onde o CARTÃO poderá ser utilizado.
- i) Responsabilizar-se pela guarda dos cartões após sua retirada junto ao Banco, até a entrega dos mesmos aos portadores.

XIX. "TRANSAÇÃO" - aquisições e saques efetuados pelos PORTADORES junto aos AFILIADOS, com utilização do cartão de pagamento.

XX. "UNIDADE DE FATURAMENTO" nível hierárquico, vinculado ao CENTRO DE CUSTO, escolhido pela CONTRATANTE para apresentação da FATURA.

Parágrafo único. A não definição do tipo de gasto permitido ao PORTADOR, nos termos do item 1o, alínea "h", inciso XVI, desta Cláusula, implica na impossibilidade de utilização do cartão.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA ESPECIFICAÇÃO DO CARTÃO.

O cartão de pagamento será confeccionado sob a inteira responsabilidade e encargo do CONTRATADO, obedecidos os critérios e padrões técnicos e de segurança internacionais.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATANTE solicitará ao CONTRATADO a emissão dos CARTÕES para entrega aos PORTADORES por ela indicados.

Parágrafo Segundo - Do cartão constará, além dos dados e informações obrigatórios pelos padrões internacionais, o nome da CONTRATANTE e do PORTADOR, na forma que vier a ser solicitado pela CONTRATANTE.

## CLÁUSULA QUARTA - DA ADESÃO AO PRESENTE CONTRATO

A adesão pela CONTRATANTE, CENTRO DE CUSTO e pelo PORTADOR será efetivada por intermédio de:

- I. Assinatura de PROPOSTA DE ADESÃO a este contrato pelos representantes legais da CONTRATANTE;
- II. Assinatura no CADASTRO DE CENTRO DE CUSTO, pelos representantes legais da CONTRATANTE e pelo REPRESENTANTE AUTORIZADO; e
- III. Assinatura do PORTADOR no TERMO DE RECEBIMENTO E RESPONSABILIDADE PELA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO, seguido do desbloqueio do CARTÃO.

Parágrafo Primeiro - O CARTÃO será entregue ao PORTADOR, mediante assinatura no TERMO DE RECEBIMENTO E RESPONSABILIDADE PELA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO:







# Câmara Municipal de Ouro Branco

I. Na agência do Banco do Brasil, detentora da CONTA CORRENTE DE RELACIONAMENTO da CONTRATANTE; ou

II. Na CONTRATANTE ou CENTRO DE CUSTO, pelo REPRESENTANTE AUTORIZADO.

Parágrafo Segundo - O cadastramento da senha do CARTÃO pelo PORTADOR poderá ser feito através das agências do Banco.

Parágrafo Terceiro - O desbloqueio do CARTÃO deverá ser efetuado nos terminais de Autoatendimento BB com utilização de senha pessoal e intransferível cadastrada pelo PORTADOR especialmente para uso do CARTÃO.

Parágrafo Quarto - A CONTRATANTE encaminhará os TERMOS DE RECEBIMENTO E RESPONSABILIDADE PELA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO relativo aos CARTÕES por ela entregues, à agência de relacionamento do Banco do Brasil.

Parágrafo Quinto - Em caso de divergência de dados, rasuras, etc., no conteúdo do envelope lacrado por ocasião da entrega do CARTÃO ao PORTADOR, a CONTRATANTE deverá devolvê-lo incontinenti à agência do Banco do Brasil de relacionamento.

## CLÁUSULA QUINTA - DA EMISSÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E DO USO DO CARTÃO.

Os cartões poderão ser emitidos em plásticos específicos ou outros de uso do CONTRATADO, sua única proprietária, destinando-se à realização de saques e compras de bens e serviços junto aos AFILIADOS.

Parágrafo Primeiro - O cartão é de propriedade do CONTRATADO, e de uso pessoal e intransferível do PORTADOR nele identificado, contendo ainda sua assinatura.

Parágrafo Segundo - A utilização efetiva do cartão pelo respectivo PORTADOR fica sujeita, também, às normas específicas editadas pelo Poder Público.

Parágrafo Terceiro - Os saques em dinheiro, em terminais de autoatendimento, estão sujeitos, além dos limites de utilização, às normas estabelecidas para utilização de cartão nessa espécie de equipamentos.

Parágrafo Quarto - Respeitado o LIMITE DE UTILIZAÇÃO disponível à CONTRATANTE, o CARTÃO destina-se a:

- I. Pagamento referente à aquisição de bens e serviços, à vista, inclusive via INTERNET, em estabelecimentos comerciais afiliados à rede da bandeira internacional em que for processada, no Brasil e no exterior, denominados AFILIADOS;
- II. Saques, na conta cartão, em caixas automáticos pertencentes à rede da bandeira internacional em que for processada no Brasil e exterior;
- III. Saques, na conta cartão, nas instituições financeiras afiliadas à rede da bandeira internacional em que for processada no exterior;
- IV. Saques, na conta cartão, nos terminais de autoatendimento do Banco do Brasil;
- V. Transações por ASSINATURA EM ARQUIVO junto aos estabelecimentos afiliados à rede da bandeira internacional em que for processada.

Parágrafo Quinto - É de responsabilidade da CONTRATANTE, através de seu ORDENADOR DE DESPESAS:







# Câmara Municipal de Ouro Branco

- I. Orientar os PORTADORES sobre a utilização dos cartões, inclusive quanto ao cadastramento e sigilo de senha pessoal no Banco do Brasil, indispensável para a emissão, desbloqueio e uso dos CARTÕES;
- II. Solicitar ao BANCO o bloqueio de cartões em caso de extravio, roubo ou furto, ocasião em que ser-lhe-á fornecido um Número de Ocorrência Atendimento (NOAT), numérico, que constitui confirmação e prova do pedido de bloqueio;
- III. Comunicar, por escrito ou por meio eletrônico específico do BANCO, as exclusões ou inclusões de PORTADORES;
- IV. Devolver ao BANCO os cartões dos PORTADORES por ela excluídos;
- V. Assumir despesas e riscos decorrentes da utilização dos cartões pelos PORTADORES;
- VI. Definir a data de vencimento da FATURA;
- VII. Definir as CONTAS CORRENTES DE RELACIONAMENTO para débitos das FATURAS;
- VIII. Definir os tipos de gastos permitidos a cada PORTADOR em tabela específica;
- IX. Atribuir limites apropriados às transações e/ou despesas de cada PORTADOR, cujo somatório, quando da utilização, não poderá exceder ao limite a ela estipulado pelo CONTRATADO;
- X. Flexibilizar os limites para cada PORTADOR, por valor das transações em cada categoria de gastos onde o CARTÃO poderá ser utilizado;
- XI. Aportar recursos previamente na CONTA CORRENTE DE RELACIONAMENTO, para o estabelecimento do LIMITE DE UTILIZAÇÃO, vinculando a ela os empenhos das despesas a serem pagas mediante o uso do cartão.

Parágrafo Sexto - O total de saques em dinheiro realizados pelos PORTADORES não poderá ultrapassar o limite em 30% dos recursos a ele atribuído. Quando o limite for atingido, todos os saques subsequentes não serão autorizados, independentes de comunicação do CONTRATADO à CONTRATANTE ou CENTRO DE CUSTO.


## CLÁUSULA SEXTA - DAS TRANSAÇÕES

As TRANSAÇÕES com o cartão de pagamento são passíveis de serem efetivadas em qualquer estabelecimento AFILIADO, devendo, para tanto o PORTADOR apresentar o cartão e, conferidos os dados lançados, assinar o COMPROVANTE DE OPERAÇÃO emitido em duas vias.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não se responsabilizará por qualquer eventual restrição imposta por AFILIADOS ao uso do cartão, nem pelo preço, qualidade e quantidade dos bens deles adquiridos ou dos serviços por eles prestados.

Parágrafo Segundo - A aquisição de bens, serviços e realização de saques, ocorrerão mediante:

- I. Assinatura no COMPROVANTE DE OPERAÇÃO;
- II. ASSINATURA ELETRÔNICA; ou
- III. ASSINATURA EM ARQUIVO.

Parágrafo Terceiro - Caberá ao PORTADOR verificar a correção dos dados lançados no comprovante de operação pelo(s) AFILIADO(S) e/ou Instituição(ões) financeira(s) rto





# Câmara Municipal de Ouro Branco

que, a impositação de senha, o fornecimento do número do CARTÃO ou a aposição da assinatura no documento, significará integral responsabilidade da CONTRATANTE e do PORTADOR, pela transação, perante o CONTRATADO.

Parágrafo Quarto - Na existência de transações manuais sem a prévia autorização do CONTRATADO, por estarem dentro de parâmetros da bandeira internacional em que for processada, deverão ser debitados na conta relacionamentos; caso não haja saldo na mesma, a CONTRATANTE se compromete a efetuar a imediata transferência de recursos a referida conta corrente de relacionamento.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO USO NO EXTERIOR

O uso no exterior destina-se apenas à realização de gastos com viagens, assim entendido, aquisição de bens e serviços e saques em moedas estrangeiras, respeitando, no que couber, a legislação que rege as importações em geral, o regulamento do imposto de renda e demais aspectos fiscais.

Parágrafo Primeiro - Integram o presente Contrato as normas, critérios, limites e demais condições baixadas pelo Poder Público relativas ao uso de cartões no exterior ou em locais legalmente definidos como tal, que as partes se obrigam a observar.

Parágrafo Segundo - Não serão permitidas compras de bens que possam configurar investimento no exterior ou importação sujeita a registro no SISCOMEX, bem como TRANSAÇÕES subordinadas a registro no Banco Central do Brasil.

Parágrafo Terceiro - A realização de despesas no exterior, ou em locais legalmente definidos como tal, com finalidade diversa da permitida, ensejará na adoção, pelo Banco Central do Brasil, das medidas cabíveis, no âmbito de sua competência.

Parágrafo Quarto - Configurada a hipótese prevista no parágrafo anterior, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis, o CONTRATADO promoverá o imediato cancelamento do CARTÃO pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

Parágrafo Quinto - Eventuais irregularidades detectadas no uso do CARTÃO no exterior serão objeto de comunicação ao Departamento da Receita Federal, através do Banco Central do Brasil.

Parágrafo Sexto - A CONTRATANTE declara-se ciente de que o CONTRATADO é obrigado a prestar informações detalhadas ao Banco Central do Brasil, à Receita Federal, se for o caso, ao Tribunal de Contas do Estado ou ao Ministério Público, cabendo à CONTRATANTE a justificativa perante o Poder Público quando notificada.

Parágrafo Sétimo - Pela utilização do CARTÃO no exterior, a CONTRATANTE ficará sujeita ao pagamento da "Tarifa Sobre saques no Exterior", divulgada pelo CONTRATADO através das agências do Banco do Brasil, que incidirá sobre o valor das TRANSAÇÕES.

## CLÁUSULA OITAVA - DA FATURA E DO PAGAMENTO

O CONTRATADO disponibilizará mensalmente à CONTRATANTE os DEMONSTRATIVOS DE FATURA contendo os lançamentos que configurem movimentação financeira decorrente da utilização do CARTÃO.







# Câmara Municipal de Ouro Branco

**Parágrafo Primeiro** - A CONTRATANTE, através deste instrumento, autoriza o CONTRATADO a debitar diariamente em sua CONTA CORRENTE DE RELACIONAMENTO o valor das transações processadas no dia.

**Parágrafo Segundo** - Sem prejuízo da exigibilidade do pagamento diário das transações, poderá ser contestada pela CONTRATANTE ou pelo PORTADOR qualquer parcela do demonstrativo de conta, no prazo de até 10 (dez) dias seguintes ao vencimento do respectivo débito. O não exercício dessa faculdade implica o reconhecimento da exatidão da conta.

**Parágrafo Terceiro** - Poderá o CONTRATADO, a seu exclusivo juízo, admitir que a contestação ocorra a qualquer tempo, desde que não ultrapasse os prazos máximos estipulados no regulamento da bandeira internacional em que for processada, não constituindo tal procedimento, no entanto, novação.

**Parágrafo Quarto** - Poderá o CONTRATADO, a seu exclusivo critério e sem que tal procedimento constitua assunção de nova dívida, admitir que os pagamentos diários e as FATURAS sejam pagos deduzidos as parcelas contestadas. Sobre as parcelas contestadas indevidamente, após o encerramento do processo de contestação, serão exigidos os encargos previstos na Cláusula Nona, desde o vencimento da FATURA onde constou o lançamento original das transações contestadas.

**Parágrafo Quinto** - A TRANSAÇÃO realizada no exterior será registrada na FATURA, na moeda estrangeira na qual foi realizada, e convertida, obrigatoriamente, para dólares dos Estados Unidos, pela taxa de conversão utilizada pela bandeira internacional, na data de seu processamento.

**Parágrafo Sexto** - O valor das TRANSAÇÕES em moeda estrangeira será pago em moeda nacional, sendo a conversão feita mediante utilização da taxa de venda do dólar turismo do dia do efetivo pagamento, divulgado pelo Banco do Brasil para cartões de crédito.

**Parágrafo Sétimo** - Eventuais acertos cambiais relativos a pagamentos efetuados serão lançados na FATURA imediatamente subsequente.

**Parágrafo Oitavo** - A CONTRATANTE deverá pagar, diariamente, o valor total das compras processadas no dia, relativo as TRANSAÇÕES em dólares dos Estados Unidos.

**Parágrafo Nono** - Na ocorrência de saldo credor ao CONTRATANTE, originário de pagamento superior ao valor devido em dólares, será convertido à taxa de venda do dólar turismo utilizada no pagamento; caso o saldo credor seja originário de "vouchers" ou qualquer outro acerto, será convertido à taxa de venda do dólar turismo do dia da transação, divulgado pelo Banco do Brasil para cartões de crédito. Eventuais acertos cambiais serão lançados, em Reais, na FATURA imediatamente subsequente.

**Parágrafo Décimo** - A CONTRATANTE desde já aceita e reconhece, para todos os efeitos legais, como válidos e verdadeiros, fac-símiles, cópias microfilmadas ou fotocópias dos comprovantes de vendas/saques, bem como os dados registrados nos computadores do CONTRATADO, quando as TRANSAÇÕES forem processadas diretamente em terminais ou outros equipamentos eletrônicos credenciados pelo CONTRATADO.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - A Central de Atendimento do CONTRATADO registrará, no ato da contestação, aquelas que não forem esclarecidas naquele momento e informará ao reclamante o número do registro da ocorrência para acompanhamento e justificação de glosa de valor faturado.







# Câmara Municipal de Ouro Branco

Parágrafo Décimo Segundo - Aplica-se o mesmo critério de conversão do parágrafo nono, para as hipóteses de saldo credor originário de pagamento superior ao valor devido em dólares.

## CLÁUSULA NONA - DOS CUSTOS PARA A CONTRATANTE

A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, diariamente, os valores das TRANSAÇÕES lançadas no dia com os CARTÕES emitidos sob a titularidade dela, sendo vedados quaisquer acréscimos, inclusive taxas de adesão, manutenção, anuidades ou quaisquer outros, que não estejam pactuados neste instrumento contratual, relativo a obtenção e uso do cartão de pagamento objeto deste contrato.

Parágrafo Primeiro - Não estão incluídas na vedação de que trata o "caput", eventuais despesas decorrentes de fornecimento, pelo CONTRATADO, de originais ou cópias de comprovantes de venda, por solicitação da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - Quando se tratar de itens questionados em que resultar comprovado que a TRANSAÇÃO não pertence realmente a CONTRATANTE, não serão cobradas as despesas constantes do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO E SUSPENSÃO DO USO

O CONTRATADO poderá, de imediato, suspender ou cancelar a utilização do(s) CARTÃO (ÕES) quando a CONTRATANTE não efetuar o pagamento de quaisquer valores devidos, ou quando incorrer alguma das situações previstas na Cláusula Nona.

Parágrafo Único - Cancelado o CARTÃO, a CONTRATANTE o devolverá incontinentemente ao CONTRATADO, tomando o prévio cuidado de inutilizá-lo. A utilização, a partir do cancelamento, tornar-se-á fraudulenta e, assim, sujeita às sanções penais cabíveis.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

A CONTRATANTE será responsável pelas despesas e obrigações decorrentes da utilização, devida ou não, dos cartões emitidos a seu pedido, inclusive quando for processada na modalidade de ASSINATURA EM ARQUIVO, perante o CONTRATADO:

I. Até a data e hora da recepção da comunicação de furto, perda e/ou extravio pelo CONTRATADO, através dos serviços das Centrais de Atendimento, cujos telefones são de conhecimento da CONTRATANTE, disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, inclusive feriados, quando se tratar de CARTÃO em vigor; e/ou

II. Até a data e hora da recepção da comunicação de furto, perda e/ou extravio pelo CONTRATADO, através dos serviços das Centrais de Atendimento, quando se tratar de CARTÃO cancelado ou substituído, não devolvido pelo PORTADOR ao CONTRATADO.

Parágrafo Primeiro - Não estarão cobertos pela comunicação de perda, roubo, furto ou extravio, a utilização do CARTÃO nas transações em terminais eletrônicos que necessitem do uso de código pessoal e secreto, pois tal código é de atribuição, conhecimento e sigilo exclusivos do PORTADOR.

Parágrafo Segundo - Nas comunicações de furto, perda e/ou extravio referidas no inciso I do caput desta Cláusula, o comunicante receberá do CONTRATADO um Número de Ocorrência de Atendimento, numérico, o qual constituirá confirmação e identificação do pedido de bloqueio.







# Câmara Municipal de Ouro Branco

Parágrafo Terceiro – A CONTRATANTE é responsável pela legalização do Cartão como meio de pagamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CADASTRO**

A CONTRATANTE obriga-se a informar a mudança de seu endereço e dos CENTROS DE CUSTOS, UNIDADES DE FATURAMENTO e PORTADORES ao CONTRATADO, arcando, se não o fizer, com as consequências diretas ou indiretas dessa omissão.

Parágrafo Único - Ao ingressar no SISTEMA, o nome e identificação, dados pessoais e de consumo da CONTRATANTE ou CENTRO DE CUSTO e do PORTADOR passam a integrar o cadastro de dados de propriedade do CONTRATADO que, desde já, fica autorizada a dele se utilizar, respeitadas as disposições legais em vigor.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS**

A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, a título de ressarcimento de despesas, os gastos em que esta vier a incorrer para o fornecimento de originais ou cópias de comprovantes de operações ou saques.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

O prazo deste contrato será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei n 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MODIFICAÇÕES**

O CONTRATADO poderá ampliar as hipóteses de utilização do CARTÃO, agregando-lhe outros serviços, e introduzir modificações no presente Contrato, desde que, compatíveis com a legislação local, sejam aceitas pelo CONTRATANTE, mediante Termo Aditivo que deverá ser assinado por ambas as partes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ACEITAÇÃO TÁCITA**

A prática de qualquer ato consequente da adesão ao SISTEMA implica em ciência e aceitação pela CONTRATANTE de cada um e de todos os termos deste Contrato, que será levado para registro em Cartório de Títulos e Documentos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO ACESSO AS INFORMAÇÕES**

A CONTRATANTE terá acesso a todas as informações sobre cartões, objeto deste contrato, referente a todas as demais entidades da CONTRATANTE.

Parágrafo Único - O CONTRATADO poderá, sempre que entender necessário, proceder a monitorização e a gravação das ligações telefônicas através da Central de Atendimento.







# Câmara Municipal de Ouro Branco

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESILIÇÃO**

A qualquer tempo poderão as partes rescindir o presente Contrato, comunicando por escrito a sua resolução, devendo as entidades da CONTRATANTE devolver, através do(s) PORTADOR(ES) ou do REPRESENTANTE AUTORIZADO, o(s) CARTÃO(ÕES) sob sua responsabilidade, devidamente inutilizado(s), permanecendo responsável pelos débitos remanescentes e derivados, a qualquer título, do presente ajuste, que lhe serão apresentados pelo CONTRATADO logo que apurados, para pagamento imediato de uma só vez.

Parágrafo Primeiro - Quando a iniciativa partir da CONTRATANTE, deve ser providenciada a imediata liquidação do saldo de utilização que até então se verifique.

Parágrafo Segundo - Também constituirá causa de rescisão do Contrato: I. Descumprimento das cláusulas contratuais;

II. Constatação pelo CONTRATADO de serem inverídicas e/ou insuficientes às informações prestadas pela CONTRATANTE;

III. Prática dolosa de qualquer ação, ou deliberada omissão, da CONTRATANTE ou CENTRO DE CUSTO ou ainda do PORTADOR do CARTÃO, visando a obtenção das vantagens deste Contrato ou e quaisquer outras oferecidas pelo SISTEMA em hipóteses de utilização diversas das previstas neste Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas Cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS ÔNUS E ENCARGOS**

Todas as despesas necessárias e decorrentes da execução dos serviços ora contratados inclusive impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outros que forem devidos relativamente aos serviços e aos empregados, são de inteira, única e exclusiva responsabilidade do CONTRATADO.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO**

A publicação do extrato deste contrato e dos eventuais aditamentos, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) será providenciada pela CONTRATANTE, no prazo a que alude o inciso II do art. 94 da Lei 14.133/21.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO**

Para informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários a este contrato, o BANCO coloca à disposição do Representante Autorizado do Centro de Custos da CONTRATANTE e dos PORTADORES, os telefones da Central de Atendimento do Banco do Brasil – CABB 0800 979 0909, Suporte Técnico Pessoa Jurídica 3003 0600 (capitais e regiões metropolitanas), 0800 729 0600 (demais localidades), SAC Serviço de Atendimento ao Consumidor 0800 729 0722 e para deficientes auditivos ou de fala o telefone 0800 729 0088. Caso o Representante Autorizado do Centro de Custos da







# Câmara Municipal de Ouro Branco

CONTRATANTE ou o PORTADOR considere(m) que a solução dada à ocorrência registrada anteriormente mereça revisão, deve entrar em contato com a Ouvidoria BB pelo 0800 729 5678.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro de Ouro Branco - MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, não decididas pelas partes na forma prevista na Cláusula Décima Nona deste Instrumento.

E assim, por estarem ajustadas e acordadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Contrato, em 2(duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Ouro Branco/MG, na data da assinatura digital.

---

**BANCO DO BRASIL SA**

WARLEY HIGINO  
PEREIRA:1277078165  
0

Assinado de forma digital por  
WARLEY HIGINO  
PEREIRA:12770781650  
Dados: 2025.05.21 15:44:40 -03'00'

---

**CÂMARA MUNICIPAL OURO BRANCO**

Assinado eletronicamente por:  
F8761039 - RONALDO DE CARVALHO SETTE - 21/05/2025 às 09:09  
Código Validação: 298705667686561  
[https://www49.bb.com.br/assinatura-digital/#/17,506276,1,](https://www49.bb.com.br/assinatura-digital/#/17,506276,1)





Karen Cristina Santos Ramos  
Diretora Administrativa

**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO**  
Praça Sagrados Corações, 200 - Centro  
36.420-000 - Ouro Branco/MG  
Telefone: (31)3741-1225  
Presidente Warley Higino Pereira